

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

**MARCOS UMBELINO CINTRA**

**REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ABDUÇÃO E OUTRAS NOÇÕES  
GERAIS DA FILOSOFIA E DA SEMIÓTICA FILOSÓFICA DE CHARLES  
SANDERS PEIRCE**

**Campo Grande – MS  
Março-2011**

**MARCOS UMBELINO CINTRA**

**REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ABDUÇÃO E OUTRAS NOÇÕES  
GERAIS DA FILOSOFIA E DA SEMIÓTICA FILOSÓFICA DE CHARLES  
SANDERS PEIRCE**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profª Drª Eluiza Bortolotto Ghizzi.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica

**Campo Grande – MS  
Março-2011**

**MARCOS UMBELINO CINTRA****REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ABDUÇÃO E OUTRAS NOÇÕES  
GERAIS DA FILOSOFIA E DA SEMIÓTICA FILOSÓFICA DE CHARLES  
SANDERS PEIRCE**

APROVADA POR:

---

ELUIZA BORTOLOTTI GHIZZI, DOUTORA  
(UFMS)

---

HÉLIO AUGUSTO GODOY DE SOUZA, DOUTOR  
(UFMS)

---

EDUARDO DE OLIVEIRA ELIAS, DOUTOR  
(Universidade Anhanguera-Uniderp)

Campo Grande, MS, 16 de março de 2011.

**Dedico esta Dissertação a todos aqueles que possibilitaram a vida, reflexão e produção científico-filosófica; em especial à minha família de sangue e fé.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu Criador e Mantenedor; em seguida, à minha família por me possibilitar tal conclusão, ou melhor, iniciação e desenvolvimento científico-filosófico.

Sou grato pelos amigos do curso e outros que estiveram ao meu lado no decorrer dos meus estudos.

Agradeço a todos os meus professores do programa de pós-graduação - Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e de outras instituições educacionais, que me auxiliaram em alguns assuntos que eu considero importantes. Em especial ao professor José Moacir de Aquino (UCDB), pelo seu incentivo à pesquisa. E também agradeço à minha orientadora, professora Eluiza Bortolotto Ghizzi, que me recebeu da melhor maneira possível em seu tempo e direção intelectual, orientando-me no preparo do projeto e no desenvolver dos meus estudos.

Também foram importantes todos os amigos não registrados aqui. Sou lhes muito grato!

**“Tudo o que você diz o aprendeu conosco, e sempre precisará de uma palavra como interpretante do seu pensamento.”**

**Charles Sanders Peirce**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO- - - - -	10
1. ALGUNS CONCEITOS PARA A COMPREENSÃO DA SEMIÓTICA-FILOSÓFICA DE PEIRCE - - - - -	15
2. LÓGICA GERAL OU SEMIÓTICA- - - - -	29
2.1. GRAMÁTICA ESPECULATIVA. O SIGNO TRIÁDICO E SUAS CLASSIFICAÇÕES - - - - -	29
2.2. LÓGICA CRÍTICA: FORMAS DE RACIOCÍNIO- - - - -	39
2.2.1 Raciocínio Abduativo- - - - -	43
2.2.2 Raciocínio Dedutivo- - - - -	43
2.2.3 Raciocínio Indutivo- - - - -	44
2.3. RETÓRICA ESPECULATIVA- - - - -	45
3. ANTES DO PROVÁVEL, O MERAMENTE POSSÍVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES GERAIS ENTRE INTERPRETAÇÃO, MÉTODO ABDUTIVO E O PRAGMATISMO DE PEIRCE- - - - -	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS- - - - -	67
REFERÊNCIAS- - - - -	70
ANEXO- - - - -	72

## RESUMO

Charles Sanders Peirce (1839-1914) considera todas as coisas de uma perspectiva triádica e em um processo lógico-evolutivo. Neste estudo fazemos uma revisão bibliográfica da semiótica de Peirce, contextualizando-a na sua filosofia, para estudar, mais especificamente, as relações entre interpretante, modo de raciocínio abduutivo, método abduutivo e pragmatismo. Na sua arquitetura filosófica Peirce parte da ciência Matemática para propor uma filosofia organizada em três grandes ramos: a Fenomenologia, as Ciências Normativas e a Metafísica. Aqui tratamos genericamente desses três ramos e, em específico, da Semiótica, umas das ciências normativas. Esta ciência do signo-representação possui três áreas: a Gramática Especulativa, que descreve os signos; a Lógica Crítica, que trata das formas de raciocínio, e a Retórica Especulativa, que estuda os métodos em geral. O objeto de interesse deste nosso estudo foca, na primeira área, o conceito de interpretante, na segunda, os modos de raciocínio, com ênfase para o abduutivo e, na terceira, o método abduutivo. Na análise dos dados levantados, refletimos sobre o conceito de interpretante e suas relações com a abdução (enquanto modo de raciocínio e método) e com o pragmatismo peirciano. Localizamos textos que evidenciam essas relações e que podem colaborar para uma compreensão e aplicação dos métodos peircianos, em especial o abduutivo, na leitura de signos e sistemas de signos. Na revisão bibliográfica tomamos por base textos do próprio Peirce e de estudiosos desse autor. Fazemos uma descrição geral desses assuntos, a fim de responder questões levantadas no início do estudo: (1ª) o que são os modos de raciocínios, quantos são, quais são; (2ª) qual o objetivo de raciocinar; (3ª) o que é o pragmatismo, quais as relações entre os modos de raciocínio, método abduutivo e pragmatismo, bem como entre esses e os interpretantes triádicos. Chegamos às seguintes respostas: (1ª) um argumento (raciocínio) é um signo cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, a saber, a lei segundo a qual a passagem das premissas para as conclusões tende a ser verdadeira, sendo três os raciocínios: o abduutivo, o dedutivo e o indutivo; (2ª) o objetivo do raciocinar é descobrir, a partir da consideração do que já sabemos, algo que não sabemos; (3ª) o pragmatismo é um método para definir o significado dos termos, que afirma que teoria e prática não se separam, está em relação direta com os interpretantes do signo triádico (Gramática Especulativa), os modos de raciocínio (Lógica Crítica); estes são tipos de interpretante, que passam a ser considerados como métodos de pesquisa (Retórica Especulativa); ambos, em união com o pragmatismo, formam um método de interpretação de idéias e textos, passível de ser aplicado em todo e qualquer tipo de investigação.

**Palavras chave:** *Charles Sanders Peirce. Semiótica Filosófica. Modos de Raciocínio. Método de Interpretação. Abdução. Pragmatismo, Teoria da Significação. Interpretantes.*

## ABSTRACT

*Charles Sanders Peirce (1839-1914) looks at everything from a triple perspective and a logical-evolutionary process. In this study we present a review of the semiotics of Peirce, contextualizing it in his philosophy, to study more specifically the relationship between interpretant, abductive kind of reasoning, abductive method and pragmatism. In his philosophical architecture Peirce part of science of mathematics to propose a philosophy organized into three main branches: the Phenomenology, Metaphysics and the Normative Sciences. Here we treat these three parts generally, and specifically, of semiotics, one of the normative sciences. This science of the sign-representation has three areas: the Speculative Grammar, which describes the signs; Critical Logic, which discusses the kinds of reasoning, and Speculative Rhetoric, which studies the methods in general. The object of interest of our study focuses on the first area, the concept of interpretant, in the second, the kinds of reasoning, with emphasis on abductive and the third, the abductive method. In the data analysis, we reflect on the concept of interpretant and its relations with the abduction (as a kind of reasoning and method) and peircean pragmatism. We find texts that highlight those relationships and which can contribute to an understanding and application of Peirce's methods, in particular the abductive, in reading signs and sign systems. In the literature review we adopt Peirce's own texts and others of the scholars. We present an overview of these issues in order to answer questions raised at the beginning of the study: (1 st) what are the kinds of reasoning, how many, which, (2nd) what is the purpose of reasoning, (3 rd) what is pragmatism, which the relationships between kinds of reasoning, abductive method and pragmatism, and between those and the triadic interpretant. We arrive at the following responses: (1st) argument (reasoning) is a sign whose interpretant represents its object as a sign later by a law, namely the law that the passage of the premises to the conclusions tend to be true, there are three kinds of reasoning: the abductive, deductive and inductive, (2 nd) the purpose of reasoning is to discover, from the consideration of what we already know, something we do not know, (3rd) pragmatism is a method to define the meaning of terms, which states that theory and practice are not separated from each other, an is in direct relation to the interpreters of the triadic sign (Speculative Grammar); the kinds of reasoning (Critical Logic), that are types of interpretant, which shall be considered as research methods (Speculative Rhetoric), both of which in union with pragmatism, form a method of interpretation of ideas and texts, which can be applied in any type of investigation.*

**Keywords:** Charles Sanders Peirce. Philosophic Semiotics. Kinds of Reasoning. Method of interpretation. Abduction. Pragmatism, Theory of Signification. Interpretants.

## INTRODUÇÃO

Esta Dissertação foi construída a partir da modalidade de pesquisa bibliográfica; utilizamo-nos de leitura de textos de referência e analíticos sobre a Filosofia de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Os textos mais importantes utilizados foram os do próprio Peirce em língua portuguesa: “Semiótica”, “Semiótica e Filosofia”, além de um texto da Coleção *Os Pensadores*, intitulado “Escritos Coligidos”. Os textos de comentadores mais importantes foram os de Lucia Santaella - “O método anticartesiano de C. S. Peirce”, “A assinatura das coisas”, “A teoria geral dos signos” e “Semiótica aplicada” -; de Guy W. Stroh - “A filosofia americana: uma introdução” -; de Winfried Nöth - “Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce” -; de Ivo Assad Ibri - “Kósmos Noêtos: a arquitetura metafísica de Charles Sanders Peirce” - entre outros.

O grande tema que investigamos é a semiótica-filosófica de Peirce; nela, o modo de raciocínio e o método abduativos. Incluímos neste estudo relações entre o modo de raciocínio e o método abduativo, de um lado, e o pragmatismo, de outro. A abdução, como modo de raciocínio e como método foi relacionada, ainda, com os tipos de interpretante (na semiótica) e com as categorias fenomenológicas (na fenomenologia). As questões das quais tratamos nesta dissertação são: o que são os raciocínios (quantos são, quais são)?, qual o objetivo de raciocinar?, o que é o Pragmatismo?, há uma possível relação entre o modo de raciocínio e o método abduativo, de um lado, e o pragmatismo de C. S. Peirce, de outro? A questão sobre a relação entre abdução e pragmatismo se constituía em uma pergunta ou dúvida real do nosso estágio de investigação filosófica, levando-nos a iniciar tal pesquisa.

Uma resposta prévia ou hipótese que nos orientou na pesquisa e que, devemos reconhecer, é oriunda de leituras feitas anteriormente, embora não sistematicamente organizadas em texto, é a seguinte: o pragmatismo de Charles S. Peirce tem relação com o raciocínio abduativo. Como tal relação pode ser estabelecida, todavia, era algo sobre o que não tínhamos muita noção. E, mesmo após esta pesquisa, não temos uma sistematização completa sobre isso; cremos ser correto dizer que pudemos explicitar tal possibilidade, por meio de algumas

correlações entre semiótica, pragmatismo e fenomenologia, entre outros conceitos base na filosofia de Peirce.

As questões levantadas nos levaram a compreender a abdução como um tipo de argumento – modo de raciocínio (inferência) como a Dedução e a Indução; além de um método de investigação, assim como os outros modos de raciocínio também o são. Com relação ao Pragmatismo pudemos compreender como não sendo apenas uma máxima ou critério de significação de termos, mas, em parceria com os interpretantes e com raciocínios, um método de interpretação de ideias.

Pesquisando os textos de Peirce, encontramos em seu Prólogo do “*The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*”, traduzido para o livro “Semiótica e Filosofia”, no artigo intitulado “Auto Biografia”, a introdução de todos os seus textos. Neste texto, Peirce dá uma resposta àqueles que querem ler textos filosóficos, em especial os seus. Ele afirma que sua obra se destina a pesquisadores que buscam compreender questões fundamentais e não coisas rotineiras; que fez de sua vida uma pesquisa constante e sem fim, sempre buscando uma generalidade que atingisse os fundamentos das coisas. Tal resposta tem sido nosso guia e nosso consolo para todo tipo de pergunta nem sempre respondida que acompanha nossos estudos nesse campo.

Este filósofo do qual tratamos nasceu nos Estados Unidos da América, no dia 10 de setembro de 1839, e morreu no mesmo país no dia 19 de abril de 1914. Era filho de Benjamin Peirce, um dos maiores matemáticos da Universidade de Harvard. Na casa do pai dele viviam vários intelectuais. Com apenas doze anos de idade escreveu a História da Química, e com uns treze anos de idade ele se interessou pela lógica, lendo um texto sobre lógica, livro de seu irmão mais velho.

Os filósofos que mais o impressionaram foram João Duns Escoto e Emanuel Kant. Ele relata em um de seus textos que, durante três anos, leu assiduamente o texto de Kant intitulado “Crítica da Razão Pura”, chegando quase a decorá-lo inteiro.

Desde pequeno interessou-se por lógica e, principalmente, Lógica das Ciências; ele gostava muito dos métodos de pesquisa. Naquele tempo não havia, nos Estados Unidos da América, curso sobre Lógica, razão pela qual ele estudou em casa. Na faculdade de Cambridge ele se formou em Química e, logo depois, foi reconhecido pela Universidade de Harvard pelos seus trabalhos, da qual recebeu o

título de Mestre. Ele tornou-se, então, um químico que amava lógica e estudava muito matemática, física, biologia, astronomia, línguas etc. Peirce não só conheceu as chamadas ciências “exatas”, mas também, as biológicas e as humanas como: Filosofia, História, Psicologia, Filologia e muitas outras.

Dentro da sua Filosofia ele criou uma doutrina; uma nova Lógica, Chamada Lógica das Relações, Lógica Geral ou Semiótica. Como já dissemos acima, ele se interessou muito pela lógica, pela forma correta de pensar e investigar; caminho para se descobrir as coisas, ou chegar à verdade. Foi um filósofo erudito e pragmático, no sentido de que teoria e práxis não se separam. Até formulou uma máxima pragmática, e uma teoria da significação. Esse filósofo-cientista norte-americano dá critérios para as ciências que trabalham com a definição de termos, palavras, e não só; também o critério segundo o qual a vida concreta, prática, é o grande critério para as investigações científicas. Ele criou o seu pragmatismo enfatizando que todo conhecimento possível é, necessariamente, teórico-prático e intermediado pela linguagem (signo).

Esta dissertação tem como objetivo geral uma introdução à semiótica filosófica de Charles Sanders Peirce. E, quanto ao objetivo específico, ela pretende pesquisar algumas noções fundamentais para se compreender sua semiótica, oriundas da fenomenologia e da metafísica; investigar os elementos estruturais da sua lógica, explicitar a problemática das formas de raciocínios na lógica-semiótica, dar algumas considerações sobre o pragmatismo, além de tratar da relação entre o pragmatismo, os interpretantes e a abdução. Desta maneira ela se divide em três capítulos.

Antes de fazer ciência existe, para Peirce, uma proto-ciência, que ele denominou de Faneroscopia ou Fenomenologia, a ciência do fenômeno. Esta ciência, na verdade, é uma doutrina filosófica, criada por ele. A ciência que estuda as categorias da experiência. Tais categorias são relacionadas com tipos de experiência, ou de consciência. A primeira é relativa percepção do que está imediatamente presente na mente; a essa experiência ele denominou de Primeiridade; a segunda categoria, a Segundidade, equivale ao momento da percepção em que a mente toma consciência do outro, apenas; e a terceira, chamada de Terceiridade, equivale à consciência em pensamento, à experiência de mediação, sígnica; é onde o homem se pergunta, questiona, onde o homem começa a fazer ciência. A Fenomenologia é base da semiótica que, por sua vez, leva ao

último departamento da filosofia, a Metafísica, que estuda a realidade. Sobre as noções gerais da Fenomenologia e da Metafísica nós tratamos no Capítulo 1.

No capítulo 2 falamos da Semiótica, da doutrina dos signos (representação). Dela usamos noções gerais provenientes das suas três áreas: Gramática Especulativa, Lógica Crítica e Retórica Especulativa. Na Gramática Especulativa explicitamos o signo triádico, e as tricotomias do signo; a primeira é a do signo em si, ou fundamento, subdividida em, *Quali-signo*, *Sin-signo* e *Legi-signo*; a segunda é a do signo em relação ao Objeto Dinâmico, subdividida em *Ícone*, *Índice*, e *Símbolo*; e a terceira tricotomia é a da relação do signo com o Interpretante Final, subdividida em *Rema (termo ou palavra)*, *Dicente (Proposição)* e *Argumento*. Essas três tricotomias combinadas (ou relacionadas) formam 10 classes de signos, das quais a décima descreve o signo como um Argumento. A classe dos argumentos, como as demais, relaciona elementos das tricotomias supracitadas: como signo em si um argumento é um Legi-signo; na relação com o Objeto Dinâmico ele é um Símbolo; e na relação com o Interpretante final ele é um Argumento. Na Lógica Crítica esta décima classe de signos é dividida em três tipos de argumentos: o Abduativo, o Dedutivo e o Indutivo. Todas essas áreas da Semiótica - a dos Signos e a dos Argumentos – são assuntos do segundo capítulo desta Dissertação, que inclui ainda a terceira área da Semiótica, a Retórica Especulativa, que estuda os métodos de investigação, os quais são embasados dos modos de raciocínio e têm denominação equivalente.

Já no Capítulo 3 buscamos refletir sobre o primeiro dos métodos da Retórica Especulativa, o método abduativo, evidenciando a sua em relação com os modos de raciocínio (tratados na Lógica Crítica), com os interpretantes dos signos (tratados na Gramática Especulativa) e, também, com o pragmatismo. Nesta parte do trabalho fizemos uma revisão sobre textos de estudiosos que abordam o pragmatismo e chegamos a algumas respostas: (1) os interpretantes e os modos de raciocínio formam um método de interpretação (uma Hermenêutica); (2) o raciocínio abduativo, em relação ao pragmatismo, é um método de interpretação de elementos primeiros de um conceito. Ele não é o método hermenêutico absoluto, mas faz parte da Hermenêutica como primeiro método; o segundo é o dedutivo, que trata do significado necessário dos conceitos; o terceiro é o Indutivo, que trata da significação total do conceito. Os três métodos são interdependentes, mas juntos formam uma Hermenêutica, ou um Método de Interpretação.

Em anexo se encontram descritas algumas biografias intelectuais sintetizadas de alguns filósofos que, de certa maneira, provocaram a iniciação e a fomentação do pensamento de Peirce.

## 1. ALGUNS CONCEITOS PARA A COMPREENSÃO DA SEMIÓTICA-FILOSÓFICA DE PEIRCE

A mente filosófica busca compreender o nosso Universo como um todo; seus elementos essenciais e as relações entre esses elementos nesse universo. Em analogia, os sistemas filosóficos se constituem como um todo, composto por elementos essenciais. De acordo com Peirce (2005, p. 303, grifo do autor), “[...] Filosofia é a tentativa – pois, tal como está implícito na própria palavra, ela é e deve ser imperfeita – de formar uma concepção geral informada do *Todo*.” A filosofia de Charles Sanders Peirce (1839-1914) tem essa característica, o que significa dizer que certas doutrinas e conceitos são essenciais à compreensão do sistema como um todo e, dentro dele, a sua Semiótica Geral. Assim, iniciamos esta caminhada dissertativa com alguns elementos essenciais do todo da filosofia peirciana, necessários para compreendermos a arquitetura da ciência semiótica desse filósofo, que a propõe como apropriada a todo e qualquer tipo de linguagem.

Peirce tem uma visão de mundo triádica; ou seja, todas as coisas estão em processo evolutivo e este se dá em relações de três. Uma das bases dessas relações está no fato de Peirce ter descoberto uma formalidade triádica do raciocínio (estrutura lógica formada por três frases, cada uma tendo, sujeito, verbo e predicado), estudando o filósofo Emanuel Kant. Segundo o próprio Peirce, Kant tinha encontrado uma tríade no raciocínio:

369. Foi Kant, o rei do pensamento moderno, quem primeiro observou a existência, na lógica analítica, das distinções *tricotômicas* ou tripartidas. E realmente assim é; durante muito tempo tentei arduamente me convencer de que isso pertencia mais ao reino da imaginação, porém os fatos realmente não permitem este enfoque do fenômeno (PEIRCE, 2005, p. 9).

Peirce entendeu que em um silogismo (raciocínio) há duas premissas (primeira e segunda frase do raciocínio) e uma conclusão (terceira frase). Também descobriu que há três termos, ou, palavras, que expressam quantidade extensiva de coisas reais ou não. Os termos, que representam um conjunto de coisas ou seres,

por exemplo: o termo humano ou homem; representa tanto seres pensantes do sexo masculino como do sexo feminino. A tríade no raciocínio levou Peirce a considerar sobre uma tríade nos fenômenos. Ele começou a analisar se as coisas em geral também são triádicas e concluiu ser possível uma Metafísica (ciência na qual um filósofo enfrenta o desafio de ir além dos limites do físico, na busca de compreender conceitos, princípios e leis que estão na base de todas as coisas, ou seja, a própria realidade) que explique a realidade por meio de relações triádicas.

Investigando a mente humana e a consciência, também, Peirce concluiu pela possibilidade de explicar certos fenômenos triadicamente:

382. Aqui, portanto, temos indubitavelmente três elementos radicalmente diferentes de consciência, só estes e nenhum outro. E eles estão evidentemente ligados às idéias de um-dois-três. Sentimento imediato é a consciência do primeiro; o sentido da polaridade é a consciência do segundo; e a consciência sintética é a consciência do terceiro ou meio (PEIRCE, 2005, p. 13-6).

Aos poucos e à medida que ia investigando áreas distintas da ciência, Peirce foi fortalecendo a hipótese de que todas as coisas apresentam uma organização triádica. É necessário esclarecermos que a forma, o modelo triádico do pensamento, vem de Kant, mas o modo como Peirce organizou o pensamento lhe é peculiar. Coube ao filósofo norte-americano compreender essa organização triádica de um modo mais profundo, de modo a aplicar essas categorias não só ao pensamento e à lógica (semiótica), mas a todas as coisas (fenomênicas, normativas ou reais), como se tudo e o todo estivessem em processo triádico.

A própria filosofia não ficou impune e foi dividida em três departamentos. O primeiro é o da Fenomenologia “[...] que simplesmente contempla o Fenômeno Universal e discerne seus elementos ubíquos, Primeiridade, Segundidade, Terceiridade [...]” (PEIRCE, 2005, p. 197-8); o segundo é o das Ciências Normativas, que investigam “[...] as leis universais e necessárias da relação dos Fenômenos com os *fins*, [...] que conformam as coisas às finalidades, ou seja, talvez, com a Verdade, o Direito e a Beleza” (PEIRCE, 1983, p. 37-40). Para Peirce (2005, p. 201) essas ciências são de acordo com as categorias da fenomenologia: estética, ética e lógica.

Sobre a Estética Peirce (1983, p. 37) escreve que não se sente autorizado a falar. Em um de seus textos, porém, afirma que ela “[...] considera as coisas cujos fins encarnam qualidades de sensação. Esta ciência existe como análise dos

sentimentos” (PEIRCE, 2005, p. 201). A Ética ele considera como “[...] o estudo sobre quais as finalidades de ação que estamos deliberadamente preparados para adotar. Isto é a ação correta que está em conformidade com os fins que estamos deliberadamente preparados para adotar [...]” (PEIRCE, 2005, p. 202, grifo do autor); a questão da ética é buscar uma determinação para um fim possível. Como Ciência Normativa, a Lógica ou Semiótica é a ciência dos signos; ou seja, para Peirce (1983, p. 37-9), das “[...] coisas cujo fim é representar algo. [...] Excelência da representação”. A semiótica peirciana é dividida em três ramos: a Gramática Especulativa, a Lógica Crítica e a Metodêutica.

O terceiro departamento da Filosofia é a Metafísica, que busca “[...] compreender a Realidade dos Fenômenos. [...] A realidade consiste na regularidade. Regularidade real é lei ativa. Lei ativa é razoabilidade eficiente [...]. Razoabilidade razoável é terceiridade enquanto Terceiridade” (PEIRCE, 2005, p. 198).

Explicitando a analogia entre a lógica triádica e evolutiva presente na classificação dos fenômenos (Primeiridade, Segundidade e Terceiridade) e a sua arquitetura filosófica, Peirce sintetiza os departamentos da sua filosofia do seguinte modo:

122. A Fenomenologia trata das Qualidades universais dos Fenômenos em seu caráter fenomenal imediato, neles mesmos enquanto fenômenos. Destarte, trata dos fenômenos em sua Primeiridade.

123. A Ciência Normativa trata das leis da relação dos fenômenos com os fins; isto é, trata dos Fenômenos em sua Segundidade.

124. A Metafísica, como ressaltai, trata dos Fenômenos em sua Terceiridade (2005, p. 198, grifo nosso).

Justificando, talvez, o fato de na sua organização das ciências a Filosofia ocupar o lugar de segunda (sendo a Matemática a primeira), Peirce enfatiza a sua relação com os fatos (os quais são fenômenos de segundidade): “[...] por filosofia entendo aquele departamento da Ciência Positiva, ou Ciência do Fato, que não se ocupa com reunir fatos, mas simplesmente com aprender o que pode ser aprendido com essa experiência” (PEIRCE, 2005, p. 197). Peirce afirma: “O estudo da filosofia consiste portanto em reflexão [...]” (PEIRCE, 1983, p. 9).

A Matemática Pura, que ocupa o primeiro patamar na organização das ciências de Peirce, é também a base para a primeira das ciências filosóficas, a Fenomenologia ou Faneroscopia; e, portanto, para a própria Filosofia. Peirce afirma

[...] que a Fenomenologia, que não depende de nenhuma *ciência positiva*, não obstante, deve depender, para bem se fundamentar, da Ciência Condicional ou Hipotética da *Matemática Pura*, cujo objetivo exclusivo não é descobrir como as coisas são agora, mas como podiam ser, se não em nosso universo, então em outro (1983, p. 15, grifo do autor).

A filosofia, então, tem a Fenomenologia como primeiro departamento e ambas estão ancoradas na Matemática Pura (em reflexões ideais sobre as categorias das coisas). Logo após a fenomenologia vêm as ciências normativas, sendo a primeira delas a Estética, que está baseada diretamente na Fenomenologia; em seguida vem a Ética, baseada na Estética, e a Lógica (Semiótica), baseada na Ética. A Metafísica, dentro dessa perspectiva que é explicada como evolutiva, está baseada na Lógica. Sobre as dependências das ciências normativas Peirce escreve:

Em suma, a ética apóia-se numa doutrina que, sem considerar o que deva ser nossa conduta, divide os estados idealmente possíveis das coisas em duas classes, admiráveis e in-admiráveis, e empenha-se em definir precisamente o que é que constitui a admirabilidade de um ideal. (...) Chamo esta investigação de Estética, porque se diz geralmente que as três ciências normativas são lógica, ética e estética, (...). É evidentemente a [estética] a ciência normativa básica sobre que se deve apoiar a ética, que é por sua vez sobrepujada pela doutrina da lógica (1983, p. 14).

Até aqui tratamos dos aspectos gerais que envolvem uma configuração formal triádica e evolutiva, permeando toda a arquitetura das ciências de Peirce e, dentro dela, a organização interna da filosofia. A fim de esclarecermos o local da semiótica dentro desse escopo e apontarmos as implicações de ela estar assim localizada. Abaixo passamos a esboçar aspectos das ciências filosóficas, a começar pela fenomenologia.

A Fenomenologia de Peirce, primeira ciência da divisão triádica da sua Filosofia, segundo Ibri, “[...] não pretende ser uma ciência da realidade, mas, apenas, buscará escrutinar as classes que permeiam toda experiência comum, ficando restrita às suas aparências” (1992, p. 5). Com base nisso, aprofundamos agora o assunto das categorias fenomenológicas. Com relação às origens das

categorias universais (Primeiridade, Segundidade e Terceiridade) Peirce diz o seguinte:

A lista de categorias, ou “arranjos filosóficos”, como Harris, o autor de *Hermes Ihes* chamou, é uma tábua de concepções extraída da análise lógica do pensamento, aplicáveis ao ser. Esta aplica-se não apenas à minha lista de 1867 [...], que ora tento ampliar, mas também à de Aristóteles e Kant. Esta foi mais ou menos modificada por diversos críticos, como Renouvier, e mais profundamente por Hegel. A minha lista originou-se do estudo da tábua de Kant (1983, p. 88).

Complementando a citação acima o filósofo comenta a sua ideia de buscar categorias tão gerais como buscaram os filósofos, Kant e Hegel.

As categorias cenopitagóricas são, indubitavelmente, tentativa nova de caracterizar aquilo que Hegel procurou caracterizar como seus três estágios do pensamento. Correspondem, também, às três categorias de cada qual das quatro tríades da tabela de Kant. Entretanto, o fato de essas diferentes tentativas terem sido independentes umas das outras (a semelhança dessas Categorias aos Estágios de Hegel não foi notada até muitos anos depois de a relação vir sendo objeto de estudo e isso devido a minha antipatia por Hegel) apenas concorre para mostrar que realmente existem esses três elementos (PEIRCE, 1975, p. 137).

Peirce afirma, portanto, que ele formulou as suas categorias a partir das de Kant e que elas saíram semelhantes às de Hegel. Mas, diferentemente de outros filósofos, Peirce aplicou as categorias a todos os fenômenos possíveis.

Julgamos importante destacar o texto abaixo de Kant acerca das suas categorias:

Em cada classe há sempre um número igual de categorias, que é três, o que também incita à reflexão, porquanto toda divisão *a priori* por conceitos deve ser uma dicotomia. Acrescenta-se a isso que a Terceira categoria sempre é o produto da ligação da segunda com a primeira da sua classe (KANT, 2002, p. 110).

A visão de Kant influenciou Peirce, como este filósofo mesmo reconheceu (tal como citamos acima neste texto) e, parece, como se poderá ver mais à frente neste texto, que Peirce concorda com Kant no que se refere às ligações da Primeiridade com a Segundidade por meio da Terceiridade. É necessário frisar, porém, que Kant considera todos os conceitos do entendimento como somente *a priori*, ou seja, só mentais; e que as suas aplicações das categorias também são

aplicáveis *a priori*, não *a posteriori* (externo a mente); Peirce, diferentemente, vincula as suas categorias aos fenômenos tal como eles aparecem na experiência e, extensivamente à própria Realidade, que ele concebe como independentemente de nossa mente humana.

De Hegel Peirce toma emprestado o nome da ciência do fenômeno, a Fenomenologia. Peirce também concorda com Hegel quanto a essa ciência ser o ponto de partida da filosofia. Critica esse filósofo, todavia, por ter limitado a Fenomenologia apenas ao espírito e lhe dado um caráter nominalista:

Hegel fez desta ciência o seu ponto de partida sob o nome de Phänomenologie des Geistes – embora a tenha considerado num espírito fatalmente estreito -, limitando-se àquilo que atualmente irrompe ao espírito. (...), ignorando a distinção existência e essência e conferindo [À sua filosofia] uma característica nominalista (...) que está na origem do pior erro cometido pelos hegelianos. Seguirei Hegel ao chamar a esta ciência Phenomenology, embora não a restrinja à observação e análise da experiência, mas estendo-a à descrição de todos os traços comuns ao efetivamente experienciado e ao que pode pensar-se como tendo essa possibilidade (1983, p. 14).

Na sua fenomenologia Peirce parte da observação e descrição dos fenômenos tal como aparecem na mente. A fenomenologia é para esse filósofo a ciência das aparências do real e do não real; e a sua preocupação é só descrever e categorizar os fenômenos, sem julgamento. Para tratarmos tanto de pensamento quanto de realidade é preciso extrapolar os limites dessa ciência.

É comum, todavia adentrar na fenomenologia peirciana usando exemplos de aplicação das categorias a fenômenos de outras áreas da filosofia ou das ciências especiais, estudados por Peirce. Aqui vamos usar exemplos que são pertinentes a este estudo, portanto, relacionados às idéias de realidade (metafísica) e de consciência (mente humana). Ambos são importantes para uma concepção do Evolucionismo e do Idealismo Objetivo que caracterizam a filosofia peirciana e sua idéia realista de conhecimento. Ainda neste capítulo vamos abordar brevemente os conceitos de Evolucionismo e Idealismo Objetivo, que são tanto elementos essenciais da sua filosofia quanto indispensáveis a uma compreensão adequada da sua semiótica.

Acerca da relação entre fenômeno e realidade, propomos considerar inicialmente a afirmação de Peirce de que a “Faneroscopia é a descrição do faneron

[*phaneron*] [...]” (PEIRCE, 1983, p. 85), explicando que “[...] com este termo designo tudo o que é presente ao espírito sem cuidar se corresponde a algo real ou não” (PEIRCE, 1983, p. 85).

A realidade, segundo Peirce citado por Ibri é descrita como segue:

[A] [...] realidade é aquele modo de ser em virtude do qual a coisa real é como ela é, sem consideração do que qualquer mente ou qualquer coleção definida de mentes possam representá-la ser. Os objetos são divididos em ficções, sonhos, etc., de um lado, e realidade, de outro. Os primeiros são aqueles que existem apenas porque você, ou eu, ou alguém os imagina: os últimos são aqueles que têm uma existência independente da sua ou da minha mente, ou da de qualquer número de pessoas. O real é aquilo que não é o que eventualmente dele pensamos, mas que permanece não afetado pelo que passamos dele pensar (1992, p. 25).

Diferentemente da realidade, o fenômeno é tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente.

A fenomenologia é a ciência do fenômeno, tida por Peirce como uma quase ciência ou proto-ciência da experiência; que observa os fenômenos na experiência. A experiência é tida como “[...] alguma coisa que afeta os sentidos, mas também, como sujeito do pensamento” (IBRI, 1992, p. 28).

O ser humano vive em experiência ao mesmo tempo em que sente, trabalha, estuda, ama, conhece etc. Assim sendo Peirce (1983, p. 21) formula suas teorias na experiência, epistemologicamente, de tal modo que teoria e prática não podem ser separadas como opostas; ambas são tomadas como tipos de experiência. Peirce, como um cientista experimental, vê que é na experiência que se faz ciência: essa visão de experimentação ligada à teorização, presente nas ciências especiais ele leva para a filosofia. Isso aparece já na sua Fenomenologia, como ciência das aparências, que parte da experiência empírica e do modelo das categorias matemáticas para categorizar todos os fenômenos, reais e irrealis.

A Faneroscopia (ou fenomenologia) é uma ciência e toda ciência tem seu método. Peirce elabora essa questão, também segundo uma lógica triádica, ao falar das faculdades que um fenomenólogo deve ter para proceder uma investigação nessa área. São elas: primeiro a faculdade contemplativa, segundo a faculdade de distinção, e terceiro a faculdade de generalização. Peirce diz o seguinte sobre a primeira faculdade do fenomenólogo:

41. (...) Fique entendido que o que temos a fazer enquanto estudantes de fenomenologia é simplesmente abrir os olhos do espírito e olhar bem os fenômenos e dizer quais suas características, quer o fenômeno seja externo, quer pertença a um sonho, ou uma idéia geral e abstrata da ciência.

42. São três as faculdades com que devemos munir-nos para esta tarefa. A primeira e principal é a qualidade rara de ver o que está diante dos olhos, como se apresenta, não substituído por alguma interpretação (...). É esta a faculdade do artista que vê as cores aparentes da natureza como elas realmente são (1983, p. 17).

Buscar esvaziar os conceitos e pré-conceitos do Eu e ver o todo do Outro visto, sem analisá-lo. Essa é a primeira coisa que o fenomenólogo deve fazer ao ver o fenômeno, contemplá-lo. A segunda faculdade do processo de investigação fenomenológica é distinção, ou, separação dos elementos que se está a procurar no fenômeno. Peirce (1983, p.17) afirma que o distinguir é “[...] uma discriminação resoluta que se pendura como um buldog [...].” Ibrí diz o seguinte:

[...] a segunda faculdade procura colher a incidência de determinado aspecto [...]. Parece ser evidente que, desde nossa mais precoce experiência de estar no mundo, percebemos que o transcurso deste mesmo mundo não se sujeita à nossa vontade e, muitas vezes, contraria a idéia que dele fazemos [...] (1992, p. 6-7).

A etapa final do processo aparece como generalização. Como o próprio Peirce (1983, p. 17) afirma:

A terceira faculdade de que necessitamos é o poder generalizador do matemático que gera a fórmula abstrata que compreende a verdadeira essência da característica em estudo, purificada de toda mistura adventícia [...] a categoria é um elemento dos fenômenos com uma generalidade de primeira ordem.

Generalizar, segundo Peirce, cabe ao pesquisador matemático que trata das universalidades quantitativas, qualitativas e formais (modais, modelos, critérios), a todo homem pensante. Generalizar é ligar, modelar, padronizar, construir a síntese entre a primeiridade do saber ver (contemplar as qualidades) e o choque entre o *ego* e o *não-ego* (distinção das quantidades). Esta ligação entre um primeiro e um segundo processo fenomênico metodológico é terceiro como generalização, ligação da qualidade com a quantidade através de uma forma padrão de classificação, modelo, categorização.

Peirce (2005, p. 141) afirma: “Generalização é o aumento da amplitude e diminuição da profundidade, sem mudança de informação”. O filósofo explica que “a amplitude e a profundidade de um símbolo, conquanto não sejam essenciais, medem a informação que lhe diz respeito” (2005, p. 140). Generalização é uma definição, um julgamento, uma conceituação, uma frase, contendo essencialmente: um sujeito, um verbo de ligação ou atribuição e, um predicado com adjetivos de seres ou coisas.

O aumento da amplitude (quantidade) se refere a (um sujeito) determinar um maior número possível de coisas, objetos, seres, com um termo (palavra, ou, palavras, sujeito). Já diminuição da profundidade (qualidades em que estão delimitadas no predicado) quer dizer excluir do conceito as características não necessárias, mantendo apenas as que são comuns entre os individuais que fazem parte desse conjunto. Sem mudança de informação quer dizer mantendo uma relação estável entre amplitude e profundidade, de tal modo que aumentando a amplitude a profundidade diminui, sem perda da essência da informação.

É necessário, para uma melhor compreensão das categorias fenomenológicas, estudá-las individualmente; assim, dividimos os estudos conforme a própria divisão das categorias. Essas partem da experiência observada em que se encontram os fenômenos para as três categorizações: primeiro = Primeiridade, segundo = Segundidade e terceiro = Terceiridade. Abaixo fazemos um estudo das categorias, sempre atentos às suas implicações para as ideias de consciência e realidade em Peirce.

É importante aqui deixar bem claro que a consciência para Peirce tem um sentido bem mais amplo do que os estamos acostumados a observar nos filósofos antes de Freud. Consciência passa para ele por tríades ou estruturas da consciência. Assim como a realidade é dividida triadicamente.

A estrutura da consciência na terceiridade é a razão (pensamento); já na primeiridade é a qualidade de sentimento. Ibri (1992, p. 10) escreve o seguinte: “Ela é uma consciência que, por ser o que é sem aparência a mais nada, está absolutamente no presente, na sua ruptura com o passado e futuro [...]” Peirce afirma o seguinte citado por Ibri:

A qualidade de sentimento é o verdadeiro representante psíquico da primeira categoria do imediato tal qual é em sua imediaticidade, do

presente em sua positiva e direta representatividade... A primeira categoria, então, é qualidade de sentimento ou o que quer que seja tal como é, positivamente, e sem relação com nada mais (1992, p. 11).

Enquanto que no âmbito da consciência a qualidade de sentimento é primeira, no âmbito da realidade a primeiridade é representada pelo acaso. O acaso é o princípio responsável pela irregularidade e diversidade; não causa e sim “[...] um modo de ser correlacionado com a irregularidade e a assimetria atinentes com o que está imediatamente presente aos fatos” (IBRI, 1992, p. 39). Com relação ao acaso Peirce, citado por Ibri, afirma que: “[...] é da natureza do acaso ser primeiro e aquilo que é primeiro é acaso; é distribuição fortuita, isto é, completa irregularidade, é a única coisa legítima para explicá-lo, pela ausência de qualquer razão em contrário” (1992, p. 37). O acaso seria a qualidade ou o modo de ser responsável por algo da ordem de uma permanente desordem, necessária aos processos de diversificação das leis que estão na base de um sistema evolutivo. Na realidade há desordem e ela é o princípio do Evolucionismo, que por sua vez é um processo que inclui ordem representada pelas leis ativas no Universo. Assim, um conceito muito importante sobre o qual nós vamos refletir nesta Dissertação é o princípio de evolução (Evolucionismo) no sistema de Peirce; tal reflexão deverá contribuir para uma compreensão da semiótica não dissociada das suas bases filosóficas.

Sobre a segunda categoria fenomenológica Charles S. Peirce escreve “[...] segunda categoria – o traço seguinte comum a tudo que é o presente à consciência – é o elemento de conflito. [...] Coação é uma Segundidade. [...] Díada [...] (que é a) [...] existência [que] é puramente diádica” (1983, p. 90-1).

Na segundidade da consciência o *ego* toma consciência do *outro*, ou seja, um ego toma consciência de um *não-ego*. O *ego* toma consciência de si a partir da consciência do outro; nas palavras de Ibri, “Tornamo-nos conscientes do eu ao nos tornarmos conscientes do não eu” (1992, p. 8). A consciência do outro equivale a perceber algo.

No âmbito da Metafísica Peirce também estabelece uma correlação com a segunda categoria, considerando que a realidade tem um modo de ser independente das nossas mentes, que ele chamou de existência:

Existência é aquele modo de ser que reside em oposição a outro. Dizer que uma mesa existe é dizer que ela é dura, pesada, opaca, ressoante, ou seja, produz efeitos imediatos sobre os sentidos e,

também, que produz efeitos puramente físicos, atrai a terra (isto é, é pesada), dinamicamente reage contra outras coisas (isto é, é elástica)<sup>1</sup>, tem uma definida capacidade para o calor, etc. Dizer que existe uma mesa fantasma a partir de sua incapacidade de afetar quais quer sentidos ou produzir quaisquer efeitos físicos que sejam, é falar de uma mesa imaginária uma coisa sem oposições, *ipso facto* não existe (1992, p. 28, grifo do autor).

O modo de ser das coisas que se opõe às outras coisas é chamado de existência. Todas as coisas que existem se opõem às outras, ou seja, estão em um determinado tempo e espaço, quer seja mental ou físico (na natureza).

A realidade na Segundidade é, portanto, a existência. Quando tocamos em outras coisas e somos forçados a perceber que elas reagem contra nós, percebemos os efeitos da existência. Sabemos que uma coisa existe porque ela me afeta, ou, afeta coisas. Então o existir é afetar, entrar em choque com outras coisas é a razão de haverem reações entre as coisas. A existência é nesse sentido uma segunda parte, ou dimensão, dos processos fenomênicos da realidade, sendo o acaso uma primeira.

Com relação à categoria da terceiridade Peirce afirma a “[...] idéia mais simples de Terceiridade dotada de interesse filosófico é a idéia de um signo, ou representação. Um signo “representa”<sup>2</sup> algo *para* a idéia que provoca ou modifica. Ou assim – é um veículo que comunica à mente algo do exterior[...]” (1983, p. 93). Na terceiridade a consciência aparece como pensamento ou consciência sintética; já a realidade aparece sob a forma de lei. Conforme já descrito acima, Peirce considera a sua Fenomenologia como uma ciência primeira, que descreve e categoriza todo tipo de fenômenos em tríades. Para iniciar o estudo dos fenômenos da Terceiridade é necessário entendermos que esta categoria representa o último e mais complexo modo de ser de todo fenômeno. O fato de na terceiridade o fenômeno consciência apresentar-se como pensamento é base para compreendermos toda construção da

---

<sup>1</sup> Apenas a título de precisão do conceito, a elasticidade de um corpo caracteriza-se reversibilidade total de sua deformação após cessada a ação e não pela sua capacidade de absorver pressões. (IBRI, 1992, p. 28).

<sup>2</sup> O tradutor do texto de Peirce afirma acerca desse termo: *Stands for*. Peirce definirá sempre o “signo” com esta locução: seria necessário ter em mente, por exemplo, a meditação que Heidegger faz em torno de *Gestell* e acompanhá-la na sua ressonância inglesa (*stand*). O leitor deverá assentar em que Peirce procura pensar o Signo como uma materialidade que “vale como”, que traduziremos de maneira banal por “representa”. Contudo, veja-se a inflexão pragmática do § 273 da *Gramática Especulativa*. (N. do T.) (PEIRCE, 1983, p. 93).

Semiótica, elaborada por Peirce com embasada na Fenomenologia e sobre a qual tratamos no capítulo seguinte desta dissertação.

O pensamento como consciência na terceiridade é concebido como só atuando ou funcionando com signos e como signo. Signo é o elemento primeiro de todo tipo de linguagem; assim, pensamento usa e é necessariamente linguagem.

A tríade da consciência Peirce sintetiza da seguinte forma:

377. Parece, portanto, que as verdadeiras categorias da consciência são: primeira, sentimento, a consciência que pode ser compreendida como um instante no tempo, a consciência que passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, consciência de uma interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo ou outra coisa; terceira, consciência sintética, reunindo tempo, sendo de aprendizado, pensamento (2005, p. 14).

Conforme anunciamos acima, Peirce utiliza as categorias da experiência: Primeiridade, Segundidade, Terceiridade para descrever e estruturar a realidade. Esta organização, segundo Peirce, se apresenta da seguinte maneira: Primeiridade = Acaso; Segundidade = Existência; Terceiridade = Lei. Sobre a lei Ibri escreve o seguinte: “[...] a terceridade como a realidade da lei [...]” (IBRI, 1992, p. 37). Para Peirce lei é um fenômeno de terceiridade e, ao mesmo tempo, o último e mais complexo modo de ser da realidade; mas o que deve ser entendido por lei? Peirce, citado por Ibri, escreve o seguinte:

[...] eu poderia facilmente prová-lo pelos princípios da mecânica analítica. Mas isto é desnecessário. Vocês podem notar por si mesmos que lei prescreve resultados semelhantes sob circunstâncias semelhantes. Isto é o que a palavra lei implica. Por conseguinte, toda esta exuberante diversidade da natureza não pode ser resultado da lei (1992, p. 37).

Para Peirce lei é a ordem subjacente ao comportamento regular dos fenômenos no Universo. Existência (categoria metafísica de segundidade) é parte da realidade e caracteriza os fatos e eventos localizados no espaço e no tempo, enquanto que realidade (na terceira dimensão) é uma forma de lei que representa o comportamento regular dos fatos e eventos ao longo do tempo.

Acima dissemos que tal concepção de realidade, composta de três elementos ativos – acaso, existência e lei –, está correlacionada com o conceito de

evolução em Peirce. Esse envolve o próprio processo de transformação do acaso em lei, passando pela facticidade da existência, de tal modo que a lei considera ambos. No âmbito da consciência tal evolução está na passagem da percepção da mera qualidade total das coisas para a generalização e representação dessas coisas por meio de signos, passando pela percepção das particularidades das coisas, de tal modo que o signo representa ambos. A Consciência como pensamento é signo e atua em um encadeamento com outros signos; além disso, contém as possibilidades de criação, reprodução e comunicação.

Outro conceito muito importante em Peirce, além do Evolucionismo, é o do Idealismo Objetivo, por meio do qual ele elabora a união da consciência (Idea, idealismo) com o real, realidade (Objeto). Para Peirce o conhecimento (ideia) humano está sempre em desenvolvimento, em busca de chegar mais perto do real (os objetos), através da consciência expressa em signos. Os signos (ideias) de terceira ordem genuína têm o poder de representação do real. Tal representação, todavia, ocorre por meio de um processo complexo que inclui signos de primeira ordem (ícones), de segunda ordem (índices) e de terceira ordem (símbolos).

Ícones são signos de possibilidade e, como tal, não permitem conclusões definitivas sobre seu objeto, embora possam ser signos de muita precisão, já que têm poder para estabelecer uma relação de semelhança (ou certa igualdade) entre o pensamento e a realidade. Já os índices são signos das relações entre fatos ou eventos; permitem separar a realidade da ficção; decorrem de uma relação de continuidade entre pensamento e realidade. Os signos de terceira ordem propriamente dita (genuínos) são os símbolos; eles não têm necessariamente uma relação de semelhança total com a realidade e não indicam diretamente fatos ou eventos; são antes um tipo de lei geral que remete a um objeto por meio de outro lei geral. Embora possam possuir certa semelhança e estabelecer relações de continuidade com seus objetos, porque envolvem ícones e índices do real, o que caracteriza sua relação com o objeto é uma convenção (um exemplo é a relação entre palavras e seu significado nos dicionários).

Os símbolos são concebidos como sendo em si uma lei que estabelece uma relação com seu objeto por meio de uma convenção estabelecida no tempo (uma forma de lei), a qual é, também, um tipo de lei (real). Isso exemplifica o idealismo objetivo de Peirce, que pressupõe uma conaturalidade eidética entre todos

os elementos e seres da natureza. Esses compartilham da condição de possibilidade de representar, perceber e comunicar alguma coisa para um interlocutor, que percebe e comunica determinado pelas suas capacidades.

Neste capítulo, em síntese, foram introduzidos elementos conceituais que são indispensáveis a um dos propósitos desta Dissertação, o de tratar da semiótica peirciana - e da noção de pensamento - de modo não dissociado de outras partes da sua filosofia, especialmente da fenomenologia e da metafísica, bem como de modo não dissociado do Evolucionismo e do Idealismo Objetivo, que caracterizam o todo dessa filosofia. No capítulo seguinte nós adentramos na Semiótica como uma ciência de todo e qualquer tipo de pensamento (linguagens, signos).

## 2. LÓGICA GERAL OU SEMIÓTICA

Para Peirce a Semiótica equivale a uma lógica: “Em seu sentido geral, a lógica é, como acredito ter mostrado, apenas outro nome para semiótica [...], a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos” (PEIRCE, 2005, p. 45). A Semiótica de Peirce, conforme anunciamos no capítulo anterior têm três grandes estruturas: a primeira é a Gramática Especulativa, que estuda os signos, as suas relações, funções e categorizações; a segunda é a Lógica Crítica, que trata das espécies de raciocínios; e a terceira é a Retórica Especulativa, que analisa os métodos de pesquisas.

Na primeira parte deste capítulo nós tratamos da Gramática especulativa, destacando nela os elementos do signo e as categorias dos signos estudadas por Peirce. Na segunda parte buscamos definir cada raciocínio lógico na lógica crítica, o raciocínio abduutivo, o dedutivo e o indutivo. E já na última parte escrevemos sobre a metodêutica ou retórica especulativa, nessa dimensão sistêmica se encontra reflexões sobre a conversão dos raciocínios em métodos e, em específico, possíveis instrumentos de interpretação e produção de sentido de textos/discursos.

### 2.1. GRAMÁTICA ESPECULATIVA. O SIGNO TRIÁDICO E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Peirce queria construir uma idéia de signo tão geral que pudesse ser usada por todas as ciências. Para esse filósofo o signo é o elemento mínimo de toda representação da linguagem e é definido genericamente como “Qualquer coisa que conduz alguma outra coisa [...]” (2005, p. 74). A estrutura desse signo é triádica, ou seja, ele é uma relação entre as suas dimensões: fundamento, objeto e interpretante; e as ações destas dimensões entre si são chamadas de semiose; então pode-se dizer que a Semiótica é a doutrina das relações sígnicas ou semiose. Sobre a semiose Peirce escreve:

[...] por “semiose” entendo [...] uma ação ou influência, que consiste em, ou envolve, a cooperação de três sujeitos, o signo, o objeto e o interpretante, influência, tri-relativa essa que não pode de forma alguma ser resolvida em ações entre pares. *Semeiosis* no período grego ou romano, à época de Cícero já, se bem me recordo, significava a ação de praticamente qualquer espécie de signos; e a minha definição confere a tudo o que assim se comportar a denominação de “signo” (PEIRCE, 1983, p. 133-4, grifo do autor).

No signo triádico o fundamento é monádico, indivisível, dimensão básica, possibilidade de representação, ou seja, é o todo estruturado com a função básica de representar uma outra coisa. Santaella afirma que o fundamento: “[...] só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele” (2005, p. 58). Podemos dizer que o fundamento dá base para a possível representação. Segundo Santaella:

Se qualquer coisa pode ser um signo, o que é preciso haver nela para que possa funcionar como signo? Para Peirce, entre as infinitas propriedades materiais, substanciais etc. que as coisas têm, há três propriedades formais que lhes dão capacidade para funcionar como signo: sua mera qualidade, sua existência, quer dizer, o simples fato de existir, e seu caráter de lei. Na base do signo, estão, como se pode ver, as três categorias fenomenológicas. Ora, essas três propriedades são comuns a todas as coisas. Pela qualidade, tudo pode ser signo, pela existência, tudo é signo, e pela lei, tudo deve ser signo (2005, p. 12).

A segunda dimensão do signo é o objeto; este é diádico e se divide em Objeto Imediato e Objeto Dinâmico (ou Real). Peirce afirma:

[...] Devemos distinguir entre o Objeto Imediato – i.e., o Objeto como representado no Signo – e o Objeto real (não, porque talvez o Objeto seja ao mesmo tempo fictício; devo escolher um termo diferente), digamos antes o Objeto Dinâmico que, pela natureza das coisas, o Signo *não pode* exprimir, que ele pode apenas *indicar*, deixando ao intérprete a tarefa de descobri-lo por *experiência colateral* (2005, p. 168, grifo do autor).

Segundo Peirce, citado por Nöth (1995, p. 70), “O objeto imediato é o objeto dentro do signo, o objeto como o signo mesmo o representa e cujo ser depende, portanto, da representação dele no signo. É, dessa forma, uma representação mental de um objeto, quer exista ou não o objeto”. Já o objeto dinâmico é “[...] aquilo que, pela natureza das coisas, o signo não pode exprimir e só pode indicar, deixando para o intérprete descobri-lo [...]” (NÖTH, 1995, p. 71).

A terceira dimensão do Signo, a do Interpretante, foi dividida em Interpretante Imediato, Interpretante Dinâmico e Interpretante final, Nöth escreve: “O terceiro correlato do signo, que Peirce denominou interpretante, é a significação do signo. Algumas vezes Peirce também fala de *significance* [...], significado, ou interpretação [...] do signo” (1995, p. 73). O interpretante imediato segundo Peirce (apud Nöth, 1995, p. 76), é a “qualidade da impressão que um signo é capaz de produzir, sem uma reação atual”. Nöth continua: “Conforme sua definição de primeiridade, Peirce apresentou esse interpretante imediato como uma potencialidade do signo”. Citando Peirce, novamente, Nöth prossegue:

É o efeito inanalizado total que se calcula que um signo produzirá ou naturalmente poderia se esperar que produzisse, o efeito que o signo produz primeiro ou pode produzir sobre uma mente, sem nenhuma reflexão sobre ele mesmo (1995, p. 77).

E Nöth acrescenta: “O interpretante imediato é, desse modo, a ‘interpretabilidade peculiar’ do signo ‘antes que ele chegue a um intérprete’” (1995, p. 76,). O primeiro interpretante não é uma interpretação objetiva factual do signo e sim uma possibilidade de interpretação, qualitativa. Poderíamos afirmar que é uma significação potencial.

Já o interpretante dinâmico, Nöth (1995, p. 77) afirma que “[...] corresponde ao ‘efeito direto realmente produzido por um signo sobre um intérprete, aquilo que é experimentado em cada ato de interpretação e é diferente, em cada ato, do efeito que qualquer outro pode produzir’.” O interpretante do signo na primeira dimensão (Imediata) não é interpretado; já o interpretante dinâmico é interpretado e, até, expressado por um intérprete, por estar na condição de segundo, existente. Este interpretante na instância do intérprete é o que chamamos usualmente de uma interpretação.

Sobre o Interpretante final, Nöth escreve: “O estudo das significações dos lexicógrafos seria, pois, o estudo de interpretantes finais” (1995, p. 77). Em um sentido puro, só quando uma comunidade de intérpretes consensualmente conceituasse o objeto do signo em nível total teríamos um Interpretante final; o que é situado em um plano ideal, dado que isso esgotaria toda a significação ulterior; daí o

interpretante final, ou a interpretação total da significação e explicação do signo triádico estar situada *ad infinitum*. Ou, um signo interpretante dever ser considerado final em um sentido relativo; dentro de uma comunidade de intérpretes até um momento presente em relação ao qual ele é final.

Abaixo, falamos dos vários tipos de signos elaborados por Peirce; mas, antes é necessário explicarmos que essa classificação dos signos tem por base o signo genuíno, puro, completo, ou que é triádico tanto na instância do fundamento, quanto do objeto e do interpretante.

Peirce concebeu um grande número de tríades de signos, conforme a caracterização dos componentes e as relações entre eles; na impossibilidade de tratar da totalidade, porém, dadas as limitações de tempo, ele procurou cuidar de alguns, aqueles que ele julgava mais importantes. As tríades mais conhecidas dos signos são aquelas que classificam os signos conforme segue: a primeira é a do Fundamento (veículo do signo), a segunda é a do Fundamento em relação ao Objeto Dinâmico, e a terceira é a do Fundamento em relação ao Interpretante Final.

Segundo a primeira tricotomia, a do fundamento do signo: o signo pode ser uma qualidade - um quali-signo -, um existente - um sin-signo -, e um signo de lei - um legi-signo. Sobre essa divisão, Peirce explica:

244. Conforme a primeira divisão, um Signo pode ser denominado *Qualissigno*, *Sinsigno* ou *Legissigno*.

Um *Qualissigno* é uma qualidade que é um Signo. Não pode realmente atuar como signo até que se corporifique; mas esta corporificação nada tem a ver com seu caráter como signo.

245. Um *Sinsigno* (onde a sílaba *sin* é considerada em seu significado de “uma única vez”, como em *singular*, *simples*, no Latim *semel*, etc.) é uma coisa ou evento existente real que é um signo. E só o pode ser através de suas qualidades, de tal modo que envolve um qualisigno ou, melhor, vários qualissignos. Mas estes qualissignos são de um tipo particular e só constituem um signo quando realmente se corporificam.

246. Um *Legissigno* é uma lei que é um Signo. Normalmente, esta lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legissigno (porém a recíproca não é verdadeira) (PEIRCE, 2005, p. 52, grifo do autor).

Conforme a segunda tricotomia, a da relação do fundamento com o objeto dinâmico, ou real, o signo pode ser um ícone, um índice ou um símbolo. Assim Peirce afirma:

247. De acordo com a segunda tricotomia, um Signo pode ser denominado *Ícone*, *Índice* ou *Símbolo*.

Um *Ícone* é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não. [...] é *Ícone* de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo.

248. Um *Índice* é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto. Portanto, não pode ser um *Qualissigno*, uma vez que as qualidades são o que são independentemente de qualquer outra coisa. Na medida em que o *Índice* é afetado pelo Objeto, e é com respeito a estas qualidades que ele se refere ao Objeto. [...]

249. Um *Símbolo* é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o *Símbolo* seja interpretado como se referindo àquele Objeto (2005, p. 52-3, grifo do autor).

A terceira tricotomia dos signos, a da relação do Fundamento com o Interpretante Final, classifica os signos em: *Rema*, *Dicissigno* e *Argumento*:

250. De acordo com a terceira tricotomia, um Signo pode ser denominado *Rema*, *Dicissigno* ou *Dicante* (isto é, uma proposição ou quase-proposição) ou *Argumento*.

Um *Rema* é um signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta e aquela espécie de Objeto possível. Todo *Rema* propiciará, talvez, alguma informação, mas não é interpretado nesse sentido.

251. Um *Signo Dicente* é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real. Portanto, não pode ser um *Ícone* o qual não dá base para interpreta-lo como sendo algo que se refere a uma existência real. Um *Dicissigno* necessariamente envolve, como parte dele, um *Rema* para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado. Mas este é um tipo especial de *Rema*, e, embora seja essencial ao *Dicissigno*, de modo algum o constitui.

252. Um *Argumento* é um Signo que, para seu Interpretante, é Signo de lei. Podemos dizer que um *Rema* é um Signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres; que um *Dicissigno* é um signo que é entendido como representando seu objeto com respeito à existência real; e que um *Argumento* é um Signo que é entendido como representando seu Objeto em seu caráter de Signo (PEIRCE, 2005, p. 53, grifo do autor).

Partindo destas três tricotomias Peirce fez uma classificação de dez tipos de signos formados pelas combinações lógicas (levando em consideração as categorias da experiência: primeiridade, segundidade e terceiridade) entre elementos das três tricotomias; abaixo se encontra essa classificação:

1. Quali-signos
  2. Sin-signos icônicos
  3. Legi-signos icônicos
  4. *Vestiges*, ou sin-signos indicativos remáticos
  5. Nomes próprios, ou legi-signos indicativos remáticos
  6. Símbolos remáticos
  7. Sin-signos dicentes (como a fotografia com legenda)
  8. Legi-signos indicativos dicentes
  9. Proposições, ou símbolos dicentes
  10. Argumento [ou Legi-signos- símbolos-argumento]
- (PEIRCE, 1975, p. 146).

Nesse momento vamos verificar as definições e exemplificação sobre as dez classes dos signos. Sobre o primeiro signo Peirce (2005, p. 55), escreve:

Um Qualissigno (e.g. uma sensação de “vermelho”) é uma qualidade qualquer, na medida em que for um signo. Dado que uma qualidade é tudo aquilo que positivamente é em si mesma, uma qualidade pode denotar um objeto por meio de algum ingrediente ou similaridade comum, de tal forma que um Qualissigno é necessariamente um Ícone. Além do mais, dado que uma qualidade é uma mera possibilidade lógica, ela só pode ser interpretada como um signo de essência, isto é, como um Rema.

Na verdade Peirce afirma que esse signo é uma possibilidade representativa, ou seja, uma qualidade que está ligada diretamente com seu objeto de representação por ter muita semelhança, como a percepção visual do vermelho (a cor é uma qualidade do objeto através da percepção visual). Nöth, comentando as dez classes, afirma: “O quali-signo (remático e icônico) é uma qualidade que é um signo, tal como a sensação de ‘vermelho’ ou de uma pintura monocromática” (1995, p. 93). E com relação ao segundo signo Peirce (2005, p. 55) afirma:

Um Sinsigno Icônico (e.g. um diagrama individual) é todo objeto de experiência na medida em que alguma de suas qualidades faça-o determinar a ideia de um objeto. Sendo um Ícone e, com isso, um signo puramente por semelhança de qualquer coisa com que se assemelhe, só pode ser interpretado como um signo de essência, ou Rema. Envolve um Qualissigno.

Peirce afirma que esse tipo de signo representa a experiência enquanto pertence às classes de primeiridade e segundidade. Esse signo diferentemente do primeiro possui a existência da segundidade, assim possível de ser expresso em formas geométricas, ou diagramas, formas ideais. Muito pessoal de cada sujeito que domina a linguagem. Nöth, afirma, que o “[...] sin-signo icônico (e remático) é um

objeto particular e real que, pelas suas próprias qualidades, evoca a idéia de um outro objeto, tal como o diagrama dos circuitos eletrônicos numa máquina particular” (1995, p. 93). Com relação ao terceiro signo Peirce (2005, p. 55), afirma:

Um Sinsigno Indicial Remático (e.g. um grito espontâneo) é todo objeto da experiência direta na medida em que dirige a atenção para um Objeto pelo qual sua presença é determinada. Envolve necessariamente um Sinsigno Icônico de um tipo especial do qual, no entanto, difere totalmente dado que atrai a atenção do interprete para o mesmo Objeto denotado.

Peirce relaciona-o a um grito espontâneo, ou seja, um efeito de uma causa qualquer sem, contudo, o poder de definir seu objeto,. Com relação ao quarto signo Peirce (2005, p. 55), escreve:

Um Sinsigno Dicente (e.g. um cata-vento) é todo objeto da experiência direta na medida em que é um signo e, como tal, propicia informação a respeito de seu Objeto, isto só ele pode fazer por ser realmente afetado por seu Objeto, de tal forma que é necessariamente um Índice. A única informação que pode proporcionar é sobre um fato concreto. Um Signo desta espécie deve envolver um Sinsigno Icônico para corporificar a informação e um Sinsigno Indicial Remático para indicar o Objeto ao qual se refere a informação. Mas o modo de combinação, ou *Sintaxe*, destes dois também deve ser significante.

Nesse caso o objeto afeta o signo, ou seja, o vento move o cata-vento, em uma relação de causa e efeito, de modo que o efeito tem o poder de informar sobre a causa. Com relação ao quinto signo Peirce (2005, p. 55), escreve:

Um Legissigno Icônico (e.g., um diagrama, à parte sua individualidade fática) é todo tipo ou lei geral, na medida em que se exige que cada um de seus casos corporifique uma qualidade definida que o torna adequado para trazer a mente a idéia de um objeto semelhante. Sendo um Ícone, deve ser um Rema. Sendo um Legissigno, seu modo de ser é o de governar Réplicas singulares, cada uma das quais será um Sinsigno Icônico de um tipo especial.

O quinto signo, “O legi-signo icônico (remático) é um ícone interpretado como lei, tal como um diagrama – à parte sua individualidade fática – num manual de engenharia eletrônica” (NOTH, 1995, p. 94). Com relação ao sexto signo Peirce (2005, p. 55-6), escreve:

Legissigno Indicial Remático (e.g., um pronome demonstrativo) é todo tipo ou lei geral, qualquer que seja o modo pelo qual foi estabelecido, que requer que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu Objeto de tal modo que simplesmente atraia a atenção para esse Objeto. Cada uma de suas Replicas será um Sinsigno Indicial Remático de um tipo especial. O interpretante de um Legissigno Indicial Remático representa-o como um Legissigno Icônico, e isso ele o é, numa certa medida – porém, numa medida bem diminuta.

O sexto signo, o legi-singno indicial remático, é uma lei geral que dirige a atenção para o seu objeto, sem contudo fornecer informação sobre ele; como um pronome demonstrativo: isto..., esta..., este..., esse..., essa..., aquele..., aquilo..., aquela...). ” Com relação ao sétimo signo Peirce (2005, p. 56), escreve:

Um Legissigno Indicial Dicente (e.g., o pregão de um mascate) é todo tipo ou lei geral, qualquer que seja o modo pelo qual foi estabelecido, que requer que cada um de seus casos seja realmente afetado por seu Objeto de tal modo que forneça uma informação definida a respeito desse Objeto. Deve envolver um Legissigno Icônico para significar a informação e um Legissigno Indicial Remático para denotar a matéria dessa informação. Cada uma de suas replicas será um Sinsigno Dicente de um tipo especial.

O sétimo signo, legi-singno indicial dicente, é uma lei geral que dirige a atenção para o seu objeto e fornece informação sobre ele, o exemplo de Peirce é um pregão de mascate; esse signo representa por meio de uma norma previamente conhecida e, também, indica claramente o seu objeto (nesse caso uma frase simples de um mascate, por exemplo: “Só três reais o guarda-chuva!”, “Aproveita, aproveita hoje super desconto!”, “Corra, corra se não vai ficar sem o churros!”). Com relação ao oitavo signo Peirce (2005, p. 56-7), escreve:

Um Símbolo Remático ou Rema Simbólico (e.g., um substantivo comum) é um signo ligado a seu Objeto através de uma associação de idéias gerais de tal modo que sua Réplica traz a mente uma imagem a qual, devido a certos hábitos ou disposições desta mente, tende a produzir um conceito geral, e a Réplica é interpretada como um Signo de um Objeto que é um caso desse conceito. Assim o Símbolo Remático ou é aquilo que os lógicos chamam de Termo Geral ou muito se lhe parece. O Símbolo Remático, como todo Símbolo, é da natureza de um tipo geral e é, assim, um Legissigno. Sua réplica no entanto, é um Sinsigno Indicial Remático de um tipo

especial, pelo fato de a imagem que sugere a mente atuar sobre um Símbolo que já está nessa mente a fim de dar origem a um Conceito Geral. Nisto, difere de outros Sinsigno Indiciais Remáticos, inclusive daqueles que são replicas de Legissignos Indiciais Remáticos. Assim, o pronome demonstrativo “aquele” é um legissigno, por ser de um tipo geral; porém, não é um Símbolo, uma vez que não significa um Conceito Geral. Sua replica atrai a atenção para um único Objeto, e é um Sinsigno Indicial Remático. Da mesma forma, uma replica da palavra “camelo” é um Sinsigno Indicial Remático por ser realmente afetada, através do conhecimento dos camelos, comum a quem fala e a quem ouve, pelo camelo real que denota, ainda que este camelo não seja individualmente conhecido por quem ouve; e é através de uma conexão real desse tipo que a palavra “camelo” suscita a ideia de camelo. O mesmo é verdadeiro quanto a palavra “fênix”, pois embora a fênix não exista, descrições reais da fênix são bem conhecidas tanto por quem fala como por quem ouve, e com isso a palavra é realmente afetada pelo Objeto denotado. Tanto as Replicas dos Símbolos Remáticos quanto as Replicas dos Legissignos Indiciais Remáticos, diferem bastante dos Sinsignos Indiciais Remáticos ordinários. De fato, a coisa denotada por “aquele” não afetou a replica da palavra de um modo simples e direto como, por exemplo, o tilintar da campainha de um telefone é afetado pela pessoa, na outra extremidade da linha, que deseja fazer uma comunicação. O Interpretante do Símbolo Remático freqüentemente o representa como um Legissigno Indicial Remático, embora em certos casos represente-o como um Legissigno Icônico; e, de fato, numa pequena parte, ele compartilha da natureza de ambos.

O oitavo signo, símbolo remático, segundo Peirce, é representado como um substantivo geral. Esse signo pode representar assim um conjunto de seres de uma mesma classe; por exemplo, o substantivo Homem representa toda a humanidade, tanto do gênero masculino como do feminino; já o substantivo Linguagem representa todo e qualquer sistema de signos: a linguagem humana, a linguagem entre os animais das mesmas espécies etc. Com relação ao nono signo Peirce (2005, p. 57), escreve:

Um Símbolo Dicente, ou Proposição ordinária, é um símbolo ligado a seu objeto através de uma associação de idéias gerais e que atua como um Símbolo Remático, exceto pelo fato de que seu pretendido interpretante representa o Símbolo Dicente como, sendo, com respeito ao que significa, realmente afetado por seu Objeto, de tal modo que a existência ou lei que ele traz a mente deve ser realmente ligada com o Objeto indicado. Assim, o pretendido Interpretante encara o Símbolo Dicente como um Legissigno Indicial Dicente; e se isto for verdadeiro, ele de fato compartilha dessa natureza, embora esta não seja toda a sua natureza. Tal como o Símbolo Remático, é necessariamente um Legissigno. Tal como o Sinsigno Dicente, é composto, dado que necessariamente envolve um Símbolo Remático (e com isso é, para seu Interpretante, um Legissigno Icônico) para

expressar sua informação e um Legissigno Indicial Remático para indicar a matéria dessa informação. Mas a Sintaxe destes é significativa. A Réplica do Símbolo Dicente é um Sinsigno Dicente de um tipo especial. Percebe-se facilmente que isto é verdade quando a informação que o Símbolo Dicente veicula refere-se a um fato concreto. Quando essa informação diz respeito a uma lei real, não é verdadeiro na mesma extensão, pois um Sinsigno Dicente não pode veicular informação de lei. Portanto, é verdadeiro quanto à Réplica de um tal Símbolo Dicente apenas na medida em que a lei tem seu ser em casos.

O nono signo, símbolo dicente, é uma lei geral através de associações de ideias determinadas pela estrutura proposicional, ou seja, uma oração com um Sujeito, um verbo e um Predicado. Mas por ser uma proposição dicente ela apenas afirma ou nega uma informação, ou seja, não justifica, ou dá razões do porque afirmar tal frase ou negar, função essa do último signo ou o décimo. Com relação ao décimo signo Peirce (2005, p. 56), escreve:

Um Argumento é um signo cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, a saber, a lei segundo a qual a passagem dessas premissas para essas conclusões tem de ser verdadeira. Manifestamente, então, seu objeto deve ser geral, ou seja, o Argumento deve ser um Símbolo. Como Símbolo, ele deve, além do mais, ser um Legissigno. Sua Réplica é um Sinsigno Dicente.

O argumento clássico é composto de três frases ou proposições: a primeira é denominada de primeira premissa, a segunda é denominada de segunda premissa e a terceira é denominada de conclusão do argumento. Assim como afirma Nöth (1995, p. 94), “[...] argumento é o signo do discurso racional, tal como a forma prototípica de um silogismo.” Por exemplo: Primeira premissa: Todos os homens são mortais; Segunda premissa: João é Homem; assim iniciando do geral para o particular é necessária dedutivamente a Conclusão de que, João seja Mortal.

Depois de constituir os dez signos Peirce criou uma outra classificação, no caso dos argumentos. Sobre essa, Peirce escreve:

266. Há outras subdivisões de pelo menos algumas das dez classes que são da maior importância para a lógica. Um Argumento sempre é entendido por seu Interpretante como fazendo parte de uma classe geral de argumentos análogos, classe essa que, como um todo,

tende para a verdade. Isto pode ocorrer de três modos, dando origem à tricotomia (ou classificação) de todos os argumentos simples em Deduções, Induções e Abduções (2005, p. 59).

E sobre a origem dos argumentos, Santaella comenta o seguinte:

[...] os signos em três níveis (ícone, índice e símbolo), pelo método de recorrência das categorias universais (método, aliás, freqüentemente utilizado por Peirce), os símbolos foram, por sua vez, divididos em termos, proposições e argumentos (relação do signo com o interpretante dinâmico). Através de uma nova recorrência, surgiu, então, a divisão dos argumentos em hipótese (ou abdução), indução e dedução (1992, p. 88).

Segundo Santaella, “Depois de dar à luz as categorias, a segunda tarefa da Lógica, para Peirce, era a de classificar os raciocínios de modo a determinar a validade da (de) cada um deles” (1995, p. 85). Isso ele fez na Lógica Crítica, que estuda as formas de raciocínios e sobre a qual tratamos no item a seguir. Aqui, porém, nós apenas definimos esses raciocínios, sem determinar profundamente a validade de cada um deles.

## 2.2. LÓGICA CRÍTICA: FORMAS DE RACIOCÍNIO

A visão de Peirce quanto aos tipos ou formas de raciocínios, até o final de 1870, era uma compreensão clássica. Sobre a primeira classificação de Peirce dos argumentos ou raciocínios Santaella, citando um estudo de Thagard a respeito da questão afirma que:

Na classificação anterior, a hipótese, mesmo sendo um tipo fraco de argumento, estava, junto com a indução, no contexto da justificativa. Na segunda, a abdução é colocada no contexto da descoberta, visto que só a indução pode justificar a aceitação de uma hipótese [...] (1992, p. 89).

Com base nos raciocínios analíticos *a priori*, ou raciocínios com conteúdos abstratos mentais e explicativos, e sintéticos *a posteriori*, ou raciocínios com conteúdos concretos empíricos, ampliativos, Peirce classificou o raciocínio dedutivo como analítico e o indutivo e o hipotético como sintéticos.

Na definição definitiva de Peirce “Os argumentos são de três tipos: Dedução, Indução e Abdução [...]” (PEIRCE, 2005, p. 30). Como afirmado Peirce (2008, p. 172) compreendeu que a hipótese era um tipo de inferência de um caso a partir da relação da regra com o resultado. Já a indução tem o papel de buscar encontrar uma regra geral através da experiência de um caso particular (ou de um conjunto de casos) no (s) qual (is) algo é verdade e de seus resultados de observação empírica, inferindo que o mesmo vale para toda uma classe. Quanto à dedução Peirce não tinha problemas quanto a continuar aceitando-a como um modo de chegar a um resultado pela relação entre um caso e uma regra geral, da qual o caso é considerado parte.

Ainda sobre a mudança em relação aos modos de raciocínio Santaella registra:

Em 1910, doente e muito debilitado, Peirce declarou, numa carta a Paul Carus [CP 8.227, que “em quase tudo que publiquei, antes do começo do século, eu confundia hipótese e indução”. [...] depois de repetidas tentativas, finalmente consegui esclarecer o assunto, iluminou-se o fato de que a probabilidade própria não tinha nada a ver com a validade da abdução (1992, p. 92).

Santaella afirma que Peirce consegue resolver o problema da indução e da hipótese quando organiza estas formas de raciocínios em sua semiótica por volta do início do século XX, em específico, na segunda parte dessa semiótica, a Lógica Crítica. Santaella afirma, ainda, que “Peirce só consegue resolver o problema quando, com o método de classificação das categorias universais, os raciocínios passam a se estruturar da seguinte maneira: na Primeiridade o Abduativo, na Segundidade o dedutivo, e na Terceiridade o indutivo” (1992, p. 88-9).

É importante entendermos que, com a definição final de Peirce, o Raciocínio Indutivo mudou muito pouco em vista do clássico, já o Raciocínio Abduativo é de fato um raciocínio novo, sistematizado, originário e original das reflexões e práticas de C. S. Peirce.

Foi acordado na Gramática Especulativa que o Rema, o Dicente e o Argumento fazem parte dos signos convencionais, ou melhor, da Categoria do Símbolo (Rema = Termo; o Dicente = Proposição; e o Argumento = Raciocínio). Peirce argumenta:

[...] Os símbolos, e de alguma maneira outros Signos, podem ser *Termos, Proposições ou Argumentos*<sup>3</sup>. Um *Termo* é um signo que deixa seu Objeto, e a *fortiori* seu Interpretante, ser aquilo que pode ser. Uma *Proposição* é um signo que indica distintamente o Objeto que denota, denominando de seu Sujeito, mas que deixa seu Interpretante ser aquilo que pode ser. Um *Argumento* é um signo que representa distintamente o interpretante, denominado de sua *Conclusão*, que ele deve determinar. Aquilo que resta de uma *Proposição* depois de seu Sujeito ter sido removido é um *Termo* (um rema), denominado de seu *Predicado*<sup>4</sup>. Aquilo que resta de um *Argumento* quando sua conclusão é removida é uma *proposição* que se denomina sua *Premissa* ou (dado que ele é, normalmente, copulativa), mais freqüentemente, suas *Premissas* [...] (2005, p. 29).

Termos, proposições e argumentos são símbolos, ou seja, são representações convencionais. Termo equivale a qualquer palavra, Proposição equivale à união de uma palavra a outra por um verbo de ligação, formulando uma frase simples; já o argumento envolve uma ligação de proposições em uma conclusão, ou em uma idéia síntese do que está contido nas proposições.

Para Peirce (1983, p. 9) o estudo da filosofia consiste na reflexão. Sendo assim, há importância (em especial para os filósofos) em estudar as formas de raciocínios, o que ele faz na semiótica. O pensar, segundo ele, envolve signos e o próprio pensamento é um signo; as formas de raciocínios, por sua vez, são signos que agem como modelos corretos do nosso pensamento e para pensarmos; o que é, para um filósofo, muito importante. Saber pensar, saber lidar com a ordem do pensamento, já que o trabalho deste, a reflexão segundo Peirce, só pode ser feita quando pensamos por meio de signos.

Vê-se a importância de entendermos os tipos de argumento, que são signos de terceiridade; assim, um tipo de lei do pensamento. Segundo Peirce:

<sup>3</sup> Está citação é comentário do texto original de Peirce, dos *Collected Papers*: “Os ícones só podem ser termos: índices só podem ser termos ou proposições (dicissignos), enquanto os símbolos podem ser todos os três.” (PEIRCE, 2005, p. 29).

<sup>4</sup> Está citação é comentário do texto original de Peirce, dos *Collected Papers*. Atualmente, o rema, ou reme, é convencionalmente simbolizado por  $\Phi X$  e é chamado de função proposicional.” (PEIRCE, 2005, p. 29).

[...] Um Argumento é um signo cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, a saber, a lei segundo a qual a passagem dessas premissas para essas conclusões tende a ser verdadeira. Manifestamente, então, seu objeto deve ser, ou seja, o Argumento deve ser um Símbolo. Como Símbolo, ele deve, além do mais, ser um Legissigno. Sua Réplica é um Sinsigno Dicente (2005, p. 57).

Em síntese, os argumentos ou raciocínios são signos (representações). Eles são combinação de duas premissas a uma conclusão; e tal conclusão deve estar de acordo com as duas premissas. As premissas lingüisticamente são uma frase simples, a qual é estruturada por um sujeito que é ligado a um predicado por um verbo de ligação; em língua portuguesa o verbo é o “ser”. Peirce afirma o seguinte sobre o argumento e sua função:

[...] o “argumento” é o único representamen a possuir uma “intenção” definida. O objetivo de um argumento é determinar a aceitação da conclusão, o que está de acordo com o uso habitual de chamar significado de um argumento à sua conclusão. Observo que a palavra ‘significado’ ainda não foi reconhecida como termo técnico da lógica, e ao propô-la nessa categoria (tenho o direito, pois vou expor uma nova teoria, segundo a qual a conclusão é o *interpretante* do argumento) assite-me o direito de deformar ligeiramente a aceitação da palavra para incluí-la numa teoria científica. Parece natural usar a palavra *significado* para denotar o pretendido interpretante de um símbolo (1983, p. 48).

Peirce propõe uma nova maneira de se compreender o argumento e sua conclusão; esta (conclusão) é a resposta sintética das duas premissas ou, segundo ele, o significado, o interpretante de um símbolo; sendo assim, os raciocínios funcionam como interpretantes, ou são respostas significativas. Neste caso, a Abdução é um argumento que traz uma possível lei nova e geral, sendo uma conclusão do tipo *pode ser*; a Dedução simplesmente conclui algo já contido nas premissas, sendo uma conclusão do tipo *deve ser*; e a indução vai fazer a descrição empírica deste *deve ser* mostrando como ele é *operativo*.

Peirce transporta os argumentos da Lógica Crítica para Métodos na Retórica Especulativa; o método é um meio, um caminho que, de uma dúvida ou mais, possibilita chegar a uma resposta razoável; e métodos sistematizados são instrumentos de pesquisa. Nos subitens a seguir são definidos com maior precisão do que fizemos até agora os três tipos de raciocínios desenvolvidos por Peirce.

### 2.2.1. Raciocínio Abduativo

Quanto ao Raciocínio Abduativo, Peirce afirma que se trata um tipo “[...] denominado de adoção de uma hipótese [...]” (PEIRCE, 2005, p. 30). Tratando da explicação de Kepler sobre a órbita de Marte, especificamente do fato de a órbita ter parecido a Kepler ser tal como se o planeta se movesse em uma elipse, Peirce afirma que se trata de uma conclusão abduativa, ou explicativa. Como tal, deve estar aberta a testes empíricos de experimentação e comprovação. Também neste caso Peirce enfatiza a originalidade de uma abdução: “Esta adoção probatória da hipótese era uma abdução. Uma Abdução é Originária quanto ao fato de ser o único tipo de argumento que começa uma nova idéia” (2005, p. 30). É importante frisar que, após ter distinguido entre indução e abdução, Peirce não considerou a abdução como parte da indução nem a probabilidade da mesma, mas um raciocínio criador de explicações e independente, baseado na experiência (sintético e analítico). Segundo Nöth, a Abdução peirciana é um método Hermenêutico: “Mais perto da circularidade Hermenêutica está outra teoria desenvolvida por Peirce: a teoria da abdução, o método de interpretar dados elementares por meio de hipóteses preliminares sobre leis que possam determiná-los” (NOTH, 1995 p. 76).

### 2.2.2. Raciocínio Dedutivo

O raciocínio Dedutivo é descrito da seguinte forma:

[...] é um argumento que representa fatos nas Premissas, de tal modo que, se vamos representá-los num Diagrama, somos compelidos a representar o fato declarado na Conclusão: destarte, a Conclusão é levada a reconhecer que, independentemente de ser ela reconhecida ou não, os fatos enunciados nas premissas são tais como não poderiam ser se o fato enunciado na conclusão ali não estivesse; quer dizer, a Conclusão é sacada como reconhecimento de que os fatos enunciados nas Premissas constituem um índice do fato cujo reconhecimento é assim compelido (PEIRCE, 2005, p. 30).<sup>5</sup>

Este tipo de raciocínio em Peirce é semelhante ao tradicional da lógica: composto de duas proposições e uma conclusão analítica, partindo do geral (universal) para o particular (individual). Mas, não chega a ser igual ao tradicional,

---

<sup>5</sup> Está citação é comentário do texto de Peirce, nos Collected Papers: “O leitor deve remeter-se às definições de Índice, Ícone e Símbolo em 92.” (PEIRCE, 2005, p. 30).

porque o método dedutivo de Peirce está baseado na semiótica e, especificamente, na sua gramática especulativa. Isso o torna muito mais complexo.

### 2.2.3. Raciocínio Indutivo

Acerca desse tipo de raciocínio, sobre o qual dedicou muito de seus estudos, Peirce escreve o seguinte:

[...] Indução é o modo de raciocínio que adota uma conclusão como aproximada por resultar ela de um método de inferência que, de modo geral, deve no final conduzir à verdade. Por exemplo, um navio carregado com café entra num porto. Subo a bordo e colho uma amostra de café. Talvez eu não chegue a examinar mais do que cem grãos, mas estes foram tirados da parte superior, do meio e da parte inferior de sacas colocadas nos quatro cantos do porão do navio. Concluo, por indução, que a carga toda tem o mesmo valor, por grão, que os cem grãos de minha amostra. Tudo o que a indução pode é determinar o valor de uma relação (PEIRCE, 2005, p. 6).

O raciocínio indutivo de Peirce é, também, semelhante ao tradicional da lógica, como o é o Dedutivo. Segundo ele, a

Indução consiste em partir de uma teoria, deduzir predicções dos fenômenos e observa-los para ver o grau de *concordância* com a teoria. A justificativa para acreditar que uma teoria que foi submetida a certo número de testes experimentais continuará sendo corroborada no futuro por testes semelhantes é que prosseguindo firmemente no método empregue, a longo prazo, descobriremos em que pé está o assunto (PEIRCE, 1983, p. 46).

Em uma de suas sínteses sobre os Raciocínios, Peirce diz o seguinte: “A Dedução prova, que algo *deve ser*; a Indução mostra que alguma coisa *é realmente operativa*; a Abdução simplesmente sugere que alguma coisa *pode ser*” (2005, p. 220) .

O item seguinte deste capítulo é sobre a última parte da semiótica, a Retórica Especulativa; é nessa parte, em específico, que Peirce trata da metodologia da pesquisa, da investigação científica em geral. Esse tema era muito caro a Peirce e seu desenvolvimento toma por base toda a sua fenomenologia, bem como a sua semiótica nas duas partes que consideramos até aqui.

### 2.3. RETÓRICA ESPECULATIVA, OU METODÊUTICA

Em razão de esta terceira parte da semiótica de Peirce estar embasada em todo o seu pensamento estruturado anteriormente, cabe sintetizar, neste momento, essa estrutura. Peirce sistematizou a sua filosofia em três partes: a primeira é a Fenomenologia, a ciência dos fenômenos; a segunda é composta pelas ciências normativas, a Estética, a Ética e a Semiótica ou Lógica; e a terceira é a Metafísica, que estuda a realidade em seu ponto mais abstrato possível. Neste capítulo estamos nos atendo à Semiótica; a ciência da representação, que busca saber como o pensamento deve ser para que ele seja correto; ela se divide em três grandes estruturas, como já expusemos; a primeira é a Gramática Especulativa, que estuda os signos, as suas relações, funções e as suas categorizações; a segunda é a Lógica Crítica, que trata das espécies de raciocínios; e a terceira é a Retórica Especulativa (ou Metodêutica), que analisa os métodos de pesquisas.

Este item é dedicado a esta última parte e pressupõe tudo aquilo de que tratamos até agora neste texto. Na Metodêutica cabe tratar de um fundamento da epistemologia peirciana, que é a relação entre dúvida e crença. Mais à frente, ainda, abordaremos um outro conceito-chave da filosofia de Peirce: o pragmatismo, pelo qual ele é mais amplamente conhecido entre os filósofos.

Segundo Peirce, toda investigação parte da dúvida para a crença; ele afirma que: “O estímulo da dúvida leva ao esforço por atingir um estado de crença. A esse esforço denominamos *Investigação* [...]. O estímulo da dúvida é o único motivo imediato do esforço por chegar à crença” (1975, p. 77). Antes de investigarmos, segundo ele, nós cremos ou concordamos com nosso conhecimento, ou interpretação sobre algo; já quando essa crença deixa de ser razoável, deixa margem a dúvidas. Em razão da dúvida esta antiga crença tende a ser criticada e reestruturada, ou abandonada em nome de uma nova. Assim como foi com a passagem da explicação mitológica grega para a filosófica; da explicação religiosa da Idade Média à científica da Idade Moderna.

É assim, segundo esse filósofo, que o conhecimento humano se desenvolve: a partir de respostas ultrapassadas surgem às dúvidas e essas nos levam às novas crenças sobre as coisas em geral. Isso equivale a dizer, como Peirce afirma, que o objetivo do nosso pensamento está em conhecermos novas coisas a partir de conhecimentos prévios. Nas palavras dele, o raciocinar tem um

objetivo: “O objetivo do raciocinar é descobrir, a partir da consideração do que já sabemos, algo que não sabemos” (PEIRCE, 1975, p. 75).

Há importantes diferenças entre dúvida e da crença, que devem ser consideradas aqui. Este filósofo escreve que: “[...] sabemos quando é de nosso desejo formular uma pergunta ou formular um juízo, pois há diferenças entre a sensação de duvidar e de crer” (PEIRCE, 1975, p. 76). A dúvida é uma ou mais questões, perguntas; e a crença é uma resposta, ou um juízo. As diferenças entre elas incluem serem estados contrários de investigação. Ou, melhor, a dúvida é o início da investigação e a crença é o estágio final. Peirce (1983, p. 12) afirma que: “A questão da natureza da crença ou, por outras palavras, do que seja a verdadeira análise lógica do juízo, foi alvo das energias dos lógicos nos últimos anos”.

Em síntese a crença é um juízo, afirmação, asserção a uma questão; já a dúvida é pergunta, questão em aberto. A crença tem um papel de orientar as nossas ações. Segundo esse autor: “[...] O sentimento de crença é indicação mais ou menos segura de se ter estabelecido em nossa natureza uma tendência que determinará nossas ações. A dúvida nunca se acompanha de tal efeito” (PEIRCE, 1975, p. 76-7).

Peirce ainda afirma o seguinte, com relação ao estado da dúvida em nós:

A dúvida é um estado desagradável e incômodo, de que lutamos por libertar-nos e passar ao estado de crença; este é um estado de tranqüilidade e satisfação que não desejamos evitar ou transformar na crença em algo diverso. Pelo contrário, apegamo-nos tenazmente não apenas a crer, mas a crer no que cremos (1975, p. 77).

A dúvida e a crença são necessárias porque têm efeitos positivos nos seres humanos; o efeito da dúvida está em fazer o homem buscar respostas para as questões fundamentais da sua vida; já o da crença está em ser a resposta mais razoável sobre uma dúvida, produzindo um estado de espírito de satisfação no homem.

Assim, segundo Peirce (1975, p. 77) a crença “[...] não nos leva a agir de imediato, mas nos coloca em situação tal que, chegada a ocasião, nos comportaremos de certa maneira. A dúvida não tem [...], esse efeito ativo, mas estimula-nos a indagar até vê-la destruída”. Há uma relação estreita entre o Pensamento e as questões de dúvida e crença. Segundo Peirce (1975, p. 55-6), a essência e a significação do pensamento são produções da crença; em continuação ele afirma: “O pensamento em ação tem por único motivo possível levar ao repouso

do pensamento e tudo que não se refere a crença não é parte do pensamento mesmo”. As crenças estão relacionadas com a geração de hábitos de conduta, de tal modo que Peirce afirma: “[...] a função total do pensamento se resume em gerar hábitos [...]” (PEIRCE, 1975, p. 57).

Estados de dúvida e de crença ocorrem na vida de todo homem comum e, também, na ciência. Esta última, todavia, dada a crescente complexidade dos seus objetos de pesquisa, requer o uso de métodos para passar de um estado a outro. Peirce escreve que o único, ou, o melhor modo de pesquisa é o científico:

Tal é o método da ciência. Sua hipótese fundamental, vazada em linguagem comum é esta: Há coisas Reais, cujos caracteres independem por completo de nossas opiniões a respeito delas; esses Reais afetam nossos sentidos segundo leis regulares e conquanto nossas sensações sejam tão diversas quanto nossas relações com os objetos, poderemos, valendo-nos das leis da percepção, averiguar, através do raciocínio, como efetiva e verdadeiramente as coisas são; e todo homem, desde que tenha experiência bastante e raciocine suficientemente acerca do assunto, será levado à conclusão única e verdadeira (1975, p. 85).

Para Peirce, também, todo conhecimento está em processo; e o científico, assim como os demais, é falível. Tal é a importância que Peirce deu a isso que, como ele mesmo afirma, em determinado momento de sua vida o “falibilismo” – hoje uma das doutrinas da sua filosofia – chegou a ocupar lugar de ideia básica:

Durante anos, no curso desse processo de amadurecimento, costumava eu próprio reunir minhas idéias sob a designação de falibilismo; o primeiro passo em direção à descoberta é saber que você ainda não sabe satisfatoriamente [...] (1980, p. 15).

Daí que para Peirce, como já tratamos acima, o primeiro passo para se pesquisar é a dúvida; essa, porém, só existe porque, antes, nós temos conhecimentos prévios. Estes, todavia, embora contenham respostas a algumas questões, estão sujeitos a falhas diante de algo novo, que nós desconhecemos, o que leva à dúvida. Cabe dizer que, para Peirce, tanto a dúvida quanto a crença estão apoiadas na experiência e devem ser atualizadas e desencadeadas por ela, respectivamente; daí que o achar que se sabe tudo é um erro e pensar que se

duvida de tudo, como Descartes, ter dúvida metódica<sup>6</sup>, também é um erro (PEIRCE, 1983, p. 13). Para Peirce as dúvidas são reais, concretas. Sobre a ideia de infalibilidade das ciências, Peirce afirma que tal juízo é uma pura ignorância. A ciência cresce, desenvolve-se por ser falível e não infalível, como afirma Augusto Comte a favor da infalibilidade.

Em síntese, a ciência, para Peirce, não progride com a presunção de que se sabe tudo e de sua infalibilidade, nem considerando as dúvidas metodicamente sem ligação com a experiência concreta, ou separando a teoria da prática. Assim ele afirma:

[...] nenhum mal pode tão seguramente reter qualquer crescimento intelectual do que o mal da presunção; e noventa e nove entre quaisquer boas cabeças são reduzidas à impotência por tal doença – para cuja irrupção elas estão espantosamente desprevenidas! (PEIRCE, 1980, p. 15)

Segundo Peirce (1980, p. 15), sua filosofia foi construída a partir do falibilismo, de uma grande fé na realidade do conhecimento, e de um amor em descobrir coisas. Levando em consideração as questões acima sobre dúvida e crença, retomamos, na seqüência deste texto, os argumentos, para considerá-los como métodos.

Segundo Peirce (2005), na sua fenomenologia, a primeira fase da consciência na relação com o mundo é da ordem das qualidades de sentimento, de unidade da mente com as qualidades desse mundo, sem distinção, incontrolada, instintiva; tal consciência está presente na percepção na forma de um juízo perceptivo. A segunda fase da consciência é da bipolaridade, reconhecimento do não-eu pelo eu, a separação entre o que está na percepção e a coisa. E a terceira é da ordem do pensamento, no caso, o Pensamento Lógico. Esse pensamento, por sua vez, também tem fases; o primeiro estágio é o do raciocínio abdutivo, o segundo é o do dedutivo e o terceiro é o do indutivo. Por fim, o pensamento está na base de toda ação intencional (baseada nos elementos de um conceito).

O processo acima descrito sintetiza as etapas do conhecimento e a relação entre conhecimento e ação. Na etapa final do processo temos a ligação

---

<sup>6</sup> Equivale à ideia de Descartes de que, se fosse possível duvidar de tudo, a única coisa de que não se poderia duvidar é que se pensa, essa imaginação de duvidar de tudo é denominada de dúvida metódica.

entre pensamento e ação; na etapa inicial, a ligação entre mundo e mente, por meio do juízo perceptivo. Tais juízos não estão desvinculados dos raciocínios abduativos, de tal modo que foram descritos como:

[...] o resultado de um processo, não suficientemente consciente para poder ser controlado, ou, antes, não controlável e, portanto, não plenamente consciente. Se tivéssemos que submeter este processo subconsciente à análise (distinção) lógica, veríamos que ele desemboca numa inferência abduativa [...] (PEIRCE, 1983, p. 52).

Em outras palavras, esse julgamento, que é dado na percepção, só se expressa ou se torna pensamento em processo por meio do raciocínio abduativo, o único cuja forma está apta para lidar com sua natureza: meio percepção meio juízo. Daí sua originalidade, que define seu papel na Metodêutica, onde passa a ser considerado um método de pesquisa, assim como ocorre com os outros tipos de raciocínios.

Obedecendo à conversão dos raciocínios para métodos de investigação, o primeiro raciocínio é aquele que é provável, o segundo é aquele que faz distinções, o terceiro e último é o raciocínio que vai comprovar tal investigação, sendo operativo. Segundo Maria Lourdes Bacha (2002, p. 152), os raciocínios como métodos de investigação são:

A abdução é, então, o primeiro estágio da investigação. O segundo estágio, a dedução, consiste em deduzir conseqüências a partir das hipóteses. O propósito da dedução seria o de coletar conseqüências das hipóteses [...]. O terceiro estágio, a indução, é aquele em que estabelecemos quanto aquelas conseqüências se conformam com a experiência [...].

Com respeito à validade da Abdução, Peirce (2005, p. 220) afirma: “A respeito da validade da inferência Abduativa, há pouco a dizer, embora esse pouco seja pertinente ao problema com que estamos lidando”. Mais à frente no mesmo texto Peirce registra:

Sua única justificativa é que a partir de suas sugestões a dedução pode extrair uma predicação que pode ser verificada por indução; e isto, se é que nos é dado aprender algo ou compreender os fenômenos, deve ser realizado através da Abdução (2005, p. 220).

Em um primeiro momento, portanto, não dá para justificar a Abdução, por ser um raciocínio instintivo; só quando os seus argumentos forem comprovados será justificável. A abdução, assim como o juízo perceptivo, são tidos por Peirce como pertencendo envolvendo mesma ordem de operações de um *insight*, uma introvisão, uma compreensão súbita. De acordo com Peirce:

Parece-me que a formulação mais clara que podemos fazer a respeito da situação lógica – a mais livre de toda mescla questionável de elementos – consiste em dizer que o homem tem certa Introvisão (*Insight*), não suficientemente forte para que ele esteja com mais freqüência certo do que errado, mas forte o suficiente para que esteja, na esmagadora maioria das vezes, com mais freqüência certo do que errado, uma Introvisão da Terceiridade, os elementos gerais, da natureza. Denomino-o de Introvisão porque é preciso relacioná-la com a mesma classe geral de operações a que pertencem os Juízos Perceptivos. Esta Faculdade pertence, ao mesmo tempo, à natureza geral do Instinto, assemelhando-se aos instintos dos animais, na medida em que estes ultrapassam os poderes gerais de nossa razão e pelo fato de nos dirigir como se possuíssemos fatos situados inteiramente além do alcance de nossos sentidos. Assemelha-se também ao instinto em virtude de sua pequena suscetibilidade ao erro, pois, embora esteja mais freqüentemente errado do que certo, a freqüência relativa com que está certo é no conjunto, a coisa mais maravilhosa de nossa constituição (PEIRCE, 2005, p. 221).

Depois de organizar os raciocínios em seu sistema semiótico, em específico na Lógica Crítica, como afirma Santaella (1992, p. 93),

[...] as três espécies de inferências tornaram-se três estágios de investigação científica, intimamente conectados como um *método*. Daí para frente, Peirce concentrou tal atenção no raciocínio científico e a inferência passou a ser tratada principalmente como processo metodológico.

Segundo Santaella (2004, p. 153), as fases da investigação de Peirce são três: **1) observação, 2) abdução e 3) comprovação da hipótese**, nesta última fase estão os métodos **3.1) dedutivo e 3.2) indutivo**. Abaixo nos detemos em cada parte do processo de investigação, fazendo ocasionalmente uma exemplificação com o processo de interpretação e compreensão de textos.

Lucia Santaella (2005) afirma que a semiótica peirciana não desenvolve uma ciência aplicada, mas nos dá instrumentos para aplicá-la; além disso, ela diz que para analisar as linguagens, por meio de imagens, no cinema, nas marcas

publicitárias, o pesquisador tem que saber não só semiótica, mas também conhecer os conceitos da publicidade, do cinema, da imagem e etc. Tal observação vale, também, para os métodos de raciocínio, que por si só não são capazes de resolver os problemas. Interpretar textos, por exemplo, requer conhecimentos específicos, tanto sobre a língua do texto quanto sobre os significados envolvidos.

No primeiro momento, o da **observação**, o leitor interpreta o texto a partir dos conhecimentos linguísticos e do conhecimento de mundo dele. Em seguida ele formula juízos mentais, aqui chamados de juízos perceptivos, ideias que ainda não foram expressadas em um novo texto; essas ideias, quando tomam forma, passam a ser denominadas de argumentos abduativos.

Na segunda fase do processo, o do método **Abduativo**, essas respostas provisórias serão selecionadas. Segundo Santaella (2004, p. 123-4), a abdução como método de pesquisa apresenta duas fases: **2.1) geração, construção de hipóteses** e **2.2) seleção de hipóteses**.

Com relação à primeira fase, Santaella (2004, p. 124) escreve que esta é “[...] relativa à geração das hipóteses que formarão o conjunto de explicações potenciais para o fenômeno sob consideração, sendo uma função da imaginação criativa dos indivíduos e cuja ordem de grandeza [...] varia de indivíduo para indivíduo.” Essa fase da construção abduativa é potencial, contém uma verdade possível.

Com relação à segunda fase da análise abduativa, que corresponde à seleção de hipóteses, Santaella (2004, p. 124) afirma que o pesquisador faz um “[...] ordenamento preferencial das hipóteses, levando em consideração a economia da pesquisa; economia aí tanto no sentido monetário quanto também de energia, tempo, esforço, desperdício etc.” O processo de criação dos argumentos, na primeira fase, põe ênfase na liberdade do pensamento; já a seleção é controlada, sendo assim a parte justificável. Nesta segunda fase de análise da abdução, ainda, Peirce (*apud* SANTAELLA 2004, p. 126-7), elaborou critérios para selecionar as hipóteses. São três as considerações ou os critérios para selecionar as hipóteses. E são estes que, na terceira fase da investigação, serão verificadas como verdadeiras ou não pelos métodos dedutivo e indutivo. Abaixo citamos uma descrição desses três critérios:

- a) Ela deverá ser capaz de explicar os fatos surpreendentes que temos diante de nós [...] capaz de dar conta dos fatos ou de alguns deles.
- b) Ela deve ser capaz de se submeter ao teste da experiência. Esse ponto está em íntima conexão com o pragmatismo, na sua conseqüente dilatação do significado da experiência.
- c) Sendo apenas uma hipótese possivelmente certa em meio a muitas outras que podem ser falsas, em vista do grande dispêndio de dinheiro, tempo, energia física e mental que a experimentação sempre exige, deve ser levada em consideração a economia da pesquisa. Não a economia como corte de verbas, mas a consideração da economia no processo de escolha da hipótese que será testada primeiro (SANTAELLA, 2004, p. 126-7).

Ainda segundo Santaella (2004), o critério **a**, é relativo à amplitude da explicação da hipótese; ela tem que responder o todo ou algumas partes deste todo (no caso da análise de um texto, esse raciocínio deve explicar o sentido geral, o significado de forma ampla, tentando dissecar o assunto do texto). Com relação ao segundo critério (o **b**), a hipótese deve possibilitar sua confrontação com testes empíricos de veracidade. Já o terceiro critério (o **c**), está relacionado com a condição econômica, ou seja, uma resposta simples que não dificultará, demorará ser testada como verdadeira. Este último critério, por sua vez, foi dividido. Santaella (2004, p. 127-8) afirma que são três os fatores econômicos, como segue:

- a) O custo para a verificação da hipótese. Se uma hipótese puder ser testada sem muitas expensas de tempo, dinheiro, energia e pensamento, ou se acontece de termos às mãos os meios para testá-la, essa é a hipótese que deve ser verificada primeiro. Livrar-se de hipóteses desnecessárias é o primeiro fator de economia da pesquisa.
- b) O valor intrínseco da hipótese diz respeito à sua simplicidade, que Peirce costumava explicar através da lâmina de Ockham: “as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade. [...] Uma hipótese mais simples é aquela que vem mais naturalmente à nossa mente. Peirce confiou nessa faceta do instinto, porque sabia que nenhuma hipótese vem naturalmente a alguém que não está familiarizado, que não está imerso no contexto daquilo que busca. [...]”
- c) Previsão dos efeitos da refutação de uma hipótese. Vem daí a qualidade da precaução. Aliada à precaução do pesquisador, está a extensão da hipótese. Da extensão decorre a necessidade de se dividir uma hipótese em partes, o que também pode auxiliar na decisão entre duas hipóteses que competem entre si. A que for capaz de explicar mais fatos deve ser escolhida. Além disso, quando uma hipótese está dividida em suas partes elementares,

podemos e devemos inquirir em que medida a mesma explicação dá conta do mesmo fenômeno quando ele aparece em outros campos.

Com relação aos **subcritérios do critério de economia** podemos afirmar que o primeiro (o **a**), diz respeito a selecionar apenas hipóteses relevantes para a pesquisa, o que não custará tempo, dinheiro, dedicação etc. Com relação ao segundo (o **b**), é relativo à simplicidade, ou seja, hipótese que vem de forma mais simples e mais fácil à mente do pesquisador (no nosso caso o leitor). O terceiro (o **c**), afirma que devemos selecionar hipóteses que nos dão seguranças previsíveis de que não serão refutadas; além disso, que devemos considerar se as mesmas podem ser divididas em partes elementares, escolhendo para trabalhar aquela(s) que contém (em) em si maiores possibilidades de responder as dúvidas.

Aplicando esses passos nos casos da análise de textos, teríamos que seguir o processo de pesquisa desde a observação, descrição e inferência de algumas hipóteses sobre o sentido do texto para, posteriormente, selecionar entre essas hipóteses as que passam pela peneira destes critérios. Por fim, deveríamos realizar a terceira etapa, da qual participam os raciocínios, dedutivo e indutivo. Nesta dissertação, considerando nosso interesse maior na abdução, nos limitamos às primeiras duas fases do processo; portanto, tratamos da etapa de verificação, a qual confronta as hipóteses com a experiência por meio da dedução e da indução.

Associado ao nosso interesse pela abdução, nós temos interesse em compreender a interpretação como um processo científico. Em uma interpretação de um texto linguístico, por exemplo, se consideramos que o que se busca é seu sentido, significado, para que o processo seja correto é recomendável que o pensamento se submeta a certos métodos. Todos os métodos devem estar na base da geração dos interpretantes. Peirce (1983, p. 130-1) afirma que: “O problema do que seja o ‘significado’ de um conceito intelectual somente pode ser resolvido através do estudo dos interpretantes, ou propriamente dos efeitos significados dos signos”.

Aqui, considerando a abordagem que adotamos, de chegarmos à questão dos métodos sempre estabelecendo os vínculos entre a semiótica e a filosofia de Peirce, cabe reconhecer a relação entre a geração de interpretantes simbólicos e a máxima pragmática, uma importante ferramenta para buscarmos os sentidos dos textos. Peirce (1983, p. 7) afirma que: “Para determinar o sentido de uma concepção

intelectual devem-se considerar as conseqüências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção; e a soma dessas conseqüências constituirá o sentido total da concepção”. A importância do pragmatismo, que Peirce vai definindo nessa relação entre concepções “intelectuais” e conseqüências práticas “pensáveis” ou “concebíveis”, não está só em apontar, mostrar a significação, mas em constituir-se em um princípio que orienta a busca dos sentidos de todos os textos.

É importante entendermos que cada método de interpretação de ideias tem um grau, nível (profundidade) de capacidade para se chegar às interpretações, respostas. O Abdução equivale ao primeiro momento da solução de um problema qualquer, quando o significado é imediato, provisório; é uma “[...] Impressão feita ou que normalmente deve ser feita [...] (PEIRCE, 2005, p. 168)”, como uma interpretação que **pode ser** verdadeira. Através desta metodologia se constrói e seleciona hipóteses. O método de interpretação Dedutivo equivale a “[...] aquilo que é pretendido, seu propósito [...] (PEIRCE, 2005, p. 168), como uma interpretação que **deve ser** verdadeira. Já o método de interpretação Indutivo equivale a uma interpretação que **é operativa**, verdadeira. Esses três métodos específicos unidos formam o Método de interpretação de ideias (palavras, textos), ou a Hermenêutica Semiótico-filosófica; a nosso ver, este assunto dos métodos de interpretação em relação com a teoria dos interpretantes da Gramática Especulativa é um dos temas da Retórica Especulativa.

Chegamos assim às seguintes conclusões, a semiótica peirciana tem um princípio epistemológico que é a relação entre dúvida-crença (PEIRCE, 2008); esta ciência tem uma teoria da significação e uma metodologia de pesquisa. E um critério, uma condição de possibilidade de interpretação e de significação, ou seja, a máxima pragmática (PEIRCE, 1983, p. 7). Segundo ela, o sentido total dos textos, ou ideias só é verificado por meio de conseqüências práticas concebíveis. A Abdução é um método de pesquisa que está estruturado em geração e seleção de hipóteses, as quais serão consideradas por meio dos outros tipos de raciocínios, a Dedução e a Indução; como métodos.

Sobre a terceira fase, ou, como afirma Santaella (2004) a da **Comprovação** das hipóteses, ou respostas abduções, nós não trataremos nesta dissertação, por abranger os outros métodos, fugindo da temática que é refletir sobre o método abdução. Apenas, a guisa de esclarecimento, nesse estágio da

investigação o pesquisador, através dos métodos Dedutivo e Indutivo, confronta as respostas abduativas com a realidade, testa mentalmente, dissertativamente (dedutivamente), ou experimentalmente; confronta a descrição dedutiva com a realidade contextual (indutivamente).

Com o método dedutivo o pesquisador examina as hipóteses selecionadas pela abdução para verificar e tornar as respostas mais claras e distintas. Já com o Indutivo ele busca a verdade em relação ao que se afirma (a resposta abduativa, hipótese) e a experiência ou o contexto nos quais tal afirmação pode ou não estar; assim, esse método classifica as várias hipóteses de acordo com sua relação com os objetos da experiência, busca comprovar mediante testes levando em consideração as consequências experimentais e comprovações sentenciais; analisa as comprovações isoladamente e em conjunto buscando as combinações, fazendo em seguida auto-avaliação das análises e passando, por fim, ao julgamento final de todos os resultados.

### 3. ANTES DO PROVÁVEL, O MERAMENTE POSSÍVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES GERAIS ENTRE INTERPRETAÇÃO, MÉTODO ABDUTIVO E O PRAGMATISMO DE PEIRCE

Tudo e o todo estão em relação e em processo de crescimento. Peirce pensa a sua obra como uma arquitetura flexível e possível de desenvolvimento processual e contínuo, ao infinito. Tal característica da sua filosofia entra em harmonia com o Universo, um todo no qual cada parte está em relação de continuidade com as demais; tudo em um processo de geração que envolve tanto diversificação quanto generalização. O pensamento – incluindo o filosófico e o científico – são partes desse todo e têm com ele uma conaturalidade eidética e evolutiva. Dessa perspectiva, a generalização, que é cara para a ciência, é uma espécie de princípio ativo da realidade desse todo e está sempre em relação de continuidade com um princípio diversificador. Assim, toda generalização do pensamento, que está na base do provável, é precedida de condições de possibilidades.

Peirce teve contato com um ambiente aberto para essa condição de possibilidade ao participar de um grupo de estudos filosóficos: a comunidade de estudos era denominada Clube Metafísico; sobre isso ele escreve:

[...] Foi nos anos de 70 no Old Cambridge que um bando de jovens dentre nós, auto-intitulando-se meio desafiadora meio ironicamente de '*Club Metafísico*' – pois o agnosticismo campeava então, investindo com soberba contra todas as metafísicas –, costumava reunir-se umas vezes no meu estúdio, outras vezes no de W. James (1983, p. 8).

Esse grupo de estudos filosóficos era composto por Charles Sanders Peirce, William James, Mr. Justice Holmes, Joseph Warner, Nicholas St. John Green, Chauncey Wright. Os primórdios do pragmatismo, porém, teriam se originado antes das reflexões do grupo. Referindo-se a Nicholas St. John Green, que era discípulo de J. Bentham, Peirce diz o seguinte:

Insistia freqüentemente na necessidade de aplicar a definição de crença dada por Bain, 'aquilo que capacita o homem a agir'. O pragmatismo é pouco mais que um corolário desta definição; assim

fico tentado a ver (em St. J. Green) o avô do pragmatismo (1983, p. 8).

Peirce fala que começou seus estudos em filosofia investigando os métodos do pensamento, e que aprendeu filosofia com Kant (PEIRCE, 1983, p. 8).

Nessa parte da dissertação nós vamos refletir sobre o método abduutivo e sua relação com o pragmatismo e os interpretantes do signo triádico.

No ano de 1893 Peirce afirma que o pragmatismo é um **método da filosofia**, “[...] um método para determinar os sentidos dos conceitos abstratos, isto é, aqueles sobre os quais trabalha o raciocínio (1983, p. 7).” O texto de Peirce por meio do qual o Pragmatismo é mais amplamente conhecido é o que segue:

*Para determinar o sentido de uma concepção intelectual devem-se considerar as conseqüências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção; e a soma dessas conseqüências constituirá o sentido total da concepção (1983, p. 7, grifo do autor).*

Esse texto é conhecido como definidor da “máxima pragmática” de Peirce. O Pragmatismo sempre foi para Peirce um método de definição da significação de conceitos abstratos; outros pensadores mudaram o sentido do mesmo ao ponto do próprio Peirce ter que mudar o nome do seu método de Pragmatismo para Pragmaticismo como afirma o próprio Peirce (2005, p. 286-299) e estudiosos seus como Cornelis De Waal (2007, p. 128), ou seja, Peirce não mudou o significado do seu método e sim apenas o nome para diferenciá-lo de outros métodos pragmáticos. No ano de 1905 Peirce afirma o seguinte acerca de seu trabalho e sobre o pragmatismo:

*Tentando, como um homem desse tipo naturalmente faria, formular aquilo que aprova, arquitetou a teoria de que uma *concepção*, isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito, e *nele não há absolutamente nada mais*. Para esta doutrina o presente autor inventou o nome de *pragmatismo*. [...] Ora, o traço mais notável da nova teoria era seu reconhecimento de uma conexão inseparável entre a cognição racional e o propósito racional; e foi essa consideração que determinou a preferência pelo nome *pragmatismo* (2005, p. 284-5, grifos do autor).*

Em textos cada vez mais detalhados, Peirce (1983, p.6-7) arquitetou o pragmatismo como um método e um critério de significação de conceitos (DE WAAL, 2007, p. 22-3) que afirma que o significado de uma palavra está nos efeitos que ela concebivelmente pode provocar, ou seja, nos efeitos de conduta que ela pode provocar. O próprio Peirce (1983, p. 58) afirma que o pragmatismo tem duas funções:

Em primeiro lugar, desembaraçar-nos ativamente de todas as idéias pouco claras. Em segundo lugar, deve apoiar, e tornar distintas, idéias em si claras, mas de apreensão mais ou menos difícil; e, em particular, assumir uma atitude satisfatória em relação ao elemento da terceiridade.

O Pragmatismo afirma que não há dicotomia entre razão e prática (Teoria e Prática), mas uma inseparável ligação entre a cognição e o propósito. E esta ligação ele chamou de Pragmatismo. O Pragmatismo é um método de filosofia, que afirma a relação inseparável entre o conhecimento racional/abstrato e a prática empírica, tomando essa como um modo de ser daquele. Sobre essa característica epistemológica Peirce afirma:

[...] é na ação que a energia lógica retorna às partes incontroladas e inanalizadas da mente. Sua máxima será a seguinte: Os elementos de um conceito penetram no pensamento lógico pela porta da percepção e saem pela porta da ação intencional; e o que não puder mostrar seus passaportes em ambas as portas deve ser preso como não-autorizado pela razão (1983, p. 60).

Peirce afirma aqui, tal como desenvolvemos no capítulo anterior, que na construção do conhecimento os elementos de um conceito, tudo que envolve o possível sentido, significado e significação, entra pela percepção. Esse processo como afirmamos no capítulo anterior, envolve um juízo perceptivo e um estado inconsciente da mente, que só passa a ser consciente quanto controlado ou representado em uma hipótese, abdução, uma resposta provisória sobre alguma questão, dúvida.

Em analogia com as três fases da consciência - a primeira dominada pelas qualidades de sentimento, a segunda pelo conflito e a terceira categoria pelo pensamento -, o primeiro raciocínio é o abdução, o segundo é o dedutivo e o terceiro

indutivo; sendo a ligação entre a percepção e o raciocínio estabelecida pelos juízos perceptivos. Do pensamento lógico o pensamento passa para a ação intencional (ação baseada nos elementos de um conceito), a qual deve estabelecer, novamente, um vínculo com o pensamento, mediado pela percepção; assim se dá a continuidade do conhecimento. O Problema do conhecimento é semelhante ao processo de interpretação e comunicação, ou seja, não pode, portanto, ser reduzido a uma relação entre Sujeito e Objeto (texto); deve envolver Sujeito, Signo (metodologia de interpretação e teoria da produção de sentido) e Objeto (texto).

Considerações sobre as relações entre pragmatismo e uma teoria da significação têm sido feitas e, em meio a elas, entre pragmatismo e semiótica. Segundo Vincent Colapietro:

É discutível se o pragmatismo precoce (1870), ou até mesmo seu pragmatismo maduro (1905), constitui uma teoria da significação, muito mais do que uma máxima heurística que almeja o esclarecimento conceitual. É, entretanto, indiscutível que seu relatório formal de semiótica da significação culmina em um tratamento cuidadosamente detalhado (se não totalmente integrado) dos interpretantes dos signos, incluindo hábitos e mudanças de hábitos desses interpretantes. A ênfase central de sua máxima pragmática é, por consequência, um momento crucial no desenvolvimento filosófico de Peirce — a conscientização de que a significação é, na verdade, uma função dos hábitos. Se existe uma teoria pragmática da significação nos escritos de Peirce, ela deve ser encontrada quase que totalmente formulada em seu relatório do interpretante da fase madura (2004, p. 3).

Uma relação mais específica entre pragmatismo e os modos de raciocínio na semiótica é encontrada em outro autor, chamado Guy W. Stroh (1968, p. 116), afirma que: “[...] o pragmatismo é um método para determinar o significado de qualquer hipótese ou conceito racional e sua possibilidade de classificar-se como uma hipótese em primeiro lugar”. Em sentido estrito, o pragmatismo é um método de significação que trata dos interpretantes que, por sua vez, estão relacionados com os raciocínios, os quais foram convertidos em métodos gerais na Retórica Especulativa. Nesse seu papel o pragmatismo aponta a circularidade reconhecida acima entre mundo, percepção, significação, ação, percepção, que caracteriza a semiose ilimitada e permeia todo o desenvolvimento do raciocínio, incluindo aí sua capacidade de formular hipóteses sobre o desconhecido, com base no conhecido e na percepção.

Winfried Nöth relaciona a circularidade do processo de significação em Peirce com a idéia de circularidade hermenêutica: “no processo dialógico entre o eu e o outro: o eu se torna outro e o novo outro, por sua vez, se torna eu novamente, e assim por diante” (1995, p. 75). Para essa teoria de interpretação de textos, segundo a tese de Dilthey (apud Nöth, 1995, p. 75), “o sentido global nunca se desenvolve a partir da compreensão sequencial de elementos que já tenham um sentido precedente ao texto ou que existam independente dele”, o que estabelece uma relação entre conhecer por meio do texto e conhecimento adquirido. Após perguntar qual é a relação entre a ideia peirceana de semiose ilimitada e o círculo hermenêutico, o autor escreve:

A circularidade hermenêutica entre o global e o elementar é um caso especial do processo dialógico que Peirce descreveu. A categoria peirceana também se refere a muitas outras formas de conexões entre idéias estabelecidas durante o processo da semiose. Mais perto da circularidade hermenêutica está outra teoria desenvolvida por Peirce: a teoria da abdução, o método de interpretar dados elementares por meio de hipóteses preliminares sobre leis que possam determiná-los (1995, p. 76).

Sobre tudo isso Peirce (1983, p. 56) diz: “Examinando bem, vê-se que o problema do pragmatismo é o problema da lógica da abdução”. Cabe lembrar aqui que Peirce considera este raciocínio como o único processo lógico que nos concede ideias novas, ou seja, a abdução é um raciocínio criador. Segundo ele a indução nada faz que determinar um valor, e a dedução “[...] desenvolve as conseqüências necessárias de uma hipótese pura” (2005, p. 220).

A ideia de um pensamento reflexível, que permeia a teoria de Peirce, é profunda e deve incluir a dinâmica de relacionar as coisas e os fenômenos entre si, buscando a crença sem deixar de dar atenção às dúvidas reais. Pensar abduativamente, buscar o sentido possível das relações possíveis de alguns ou de todos os elementos pensáveis é condição básica, portanto, para essa flexibilidade do pensamento.

Peirce afirma sobre o Pragmatismo que:

O pragmatismo não pretende definir os equivalentes fenomenais das palavras e das idéias gerais, mas, pelo contrário, elimina o elemento sensório destas e tenta definir o propósito racional, e isto ele descobre na conduta utilitária da palavra ou proposição em questão (2005, p. 294).

Peirce alerta, ainda, o seguinte: “Há apenas uma observação que deve deter o leitor: a referente à concepção do pragmaticista quanto à relação de sua fórmula com os princípios da lógica” (2005, p. 297). Os princípios da lógica, conforme o contexto do texto acima, é o da lógica clássica, que afirma que em uma proposição há um sujeito e um predicado, ambos ligados por uma copula (um verbo de ligação) como nós registramos no capítulo anterior desta Dissertação. Entre o conceito e o predicado não pode ter nada a não ser a cópula. Para Peirce, o homem que quer ser pragmaticista deve considerar estas observações.

Lady Welby era uma grande estudiosa da significação das línguas, com a qual Peirce se correspondia, tratando de problemas ligados com a linguagem. Welby, segundo Peirce (2005, p. 168), tinha uma visão semelhante à sua com relação ao significado das coisas. Para ela havia três tipos de interpretação: 1º o *sentido (Sense)*, 2º o *significado (Meaning)*, e o 3º a *significação (Significance)*. Welby escreveu um livro tratando de tais problemas, intitulado “*O que é significado?*”. Peirce considera tal doutrina de Welby muito semelhante à dos seus interpretantes. Segundo Peirce, ainda:

Pode-se ver, apesar de ela não o ressaltar, que seus três tipos de significado correspondem, de modo aproximado, aos três estágios do pensamento formulados por Hegel. A distinção que ela faz igualmente coincide, em parte, com algo que já foi dito há muito tempo atrás, a saber, que compreender uma palavra ou fórmula pode consistir, em primeiro lugar, numa tal familiaridade com essa palavra ou fórmula que é possível as pessoas aplicá-la corretamente; ou, em segundo lugar, pode consistir numa análise abstrata da concepção ou compreensão de suas relações intelectuais com outros conceitos; ou, em terceiro lugar, pode consistir num conhecimento do possível resultado fenomenal e prático da asserção do conceito [...] (2005, p. 159).

Na sequência desse texto o filósofo explica o significado segundo suas próprias palavras:

Uma palavra possui um significado, para nós, na medida em que somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento a outros e na medida em que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos. Este é o grau mais baixo do significado. O significado de uma palavra é, de forma mais completa, a soma total de todas as predições condicionais pelas quais a pessoa que a utiliza pretende tornar-se responsável ou pretende negar. Essa intenção consciente ou quase-consciente no

uso da palavra é o segundo grau de significado. Mas, além das conseqüências com as quais há um amplo oceano de conseqüências imprevistas que a aceitação da palavra está destinada a não apenas conseqüências de conhecimento mas, talvez, revoluções na sociedade. Nunca se pode dizer qual o poder que pode haver numa palavra ou numa frase para mudar a face do mundo; e a soma destas conseqüências perfazem o terceiro grau de significado (2005, p. 159-160).

Ainda sobre o significado Peirce (1983, p. 130-1) afirma que: “O problema do que seja o “significado” de um conceito intelectual somente pode ser resolvido através do estudo dos interpretantes, ou propriamente dos efeitos significados dos signos”. Na organização triádica do significado evidenciada no texto acima há claras correspondências com as categorias fenomenológicas e com os níveis de interpretante: o grau mais baixo do significado em Peirce (sentido para Welby) é o da primeiridade, ou interpretante imediato; o segundo grau de significado (significado para Welby) é o da secundidade, ou interpretante dinâmico; e o terceiro grau de significado (significação para Welby) é o da terceiridade, ou interpretante final.

O autor, no ano de 1903 comentando o sentido de significado em Lady Welby, afirma que escreveu sobre este tema do significado em 1877, afirmando que criou três séries de clareza da interpretação:

O primeiro era a familiaridade que uma pessoa tem com um signo e que a torna apta a utilizá-lo ou interpretá-lo. Em sua consciência, ela tem a impressão de sentir-se á vontade com o Signo. Em resumo, é Interpretação no Sentimento. O segundo era a Análise Lógica = ao sentido de Lady Welby. O terceiro... Análise Pragmática, poderia parecer uma Análise Dinâmica, mas identifica-se com o Interpretante Final [...]. (2005, p. 164)

A máxima está, aqui, relacionada ao último estágio do significado; todavia, posteriormente Peirce (2005, p. 160) afirma:

[...] Em janeiro de 1878 publiquei um breve esboço deste assunto onde enunciava uma certa máxima de ‘Pragmatismo’ que, mais tarde, atraiu alguma atenção tal como de fato o fez quando apareceu no *Journal Philosophique*. Ainda compartilho daquela doutrina, mas ela necessita de uma definição mais precisa a fim de determinar a certas objeções e de evitar algumas más aplicações que dela se tem feito. Além do mais meu ensaio de 1878 era imperfeito por permitir tacitamente a colocação segundo a qual a máxima do pragmatismo conduzia ao último estágio da clareza. Agora, pretendo mostrar que não é este o caso e encontrar uma série de clareza de Categorias da clareza [...].

À medida que continuou desenvolvendo seu pensamento, tanto sobre o pragmatismo quanto sobre a questão da significação, Peirce concluiu pela necessidade de refinar a questão sobre o grau de clareza; a máxima pragmática, então, não identifica-se com seu interpretante final. Quando o Raciocínio Abduativo se relaciona com o Pragmatismo ele se torna um método de interpretação de ideias primeiras; a mesma coisa acontece na relação do pragmatismo com os outros tipos de raciocínios, que se transformam em métodos de interpretação.

No âmbito de um texto complexo, podemos concluir que, de modo semelhante ao que ocorre com uma palavra, há três níveis de interpretação. Um primeiro por ser dito o do sentido, ou, do interpretante imediato, dado pelo método Abduativo, ou possível, o *pode ser*. Analisado pelo método hermenêutico-interpretativo Abduativo teríamos, em um primeiro nível de interpretação, uma totalidade, mera possibilidade, sem consideração de ser verdadeira ou falsa, resultado de uma associação possível entre palavras (e outros termos do texto) e ideias, instintiva, introvisiva. Usando os termos de Welby, o *sentido*, ou seja, os significados imediatos, primeiros, de uma interpretação, por exemplo, uma interpretação filosófica (fundamentos racionais) do conceito signo (e não da funcionalidade normativa, gramatical, o que não é uma questão da Filosofia e sim da Gramática Normativa).

No segundo processo a interpretação muda seu método, para o dedutivo; aqui a unidade conceitual primeira dá lugar a várias deduções envolvendo os termos (e seus conceitos) e aquela ideia geral, primeira. O significado no último processo de interpretação envolve a organização e sistematização de toda significação do texto indutivamente, o que implica não apenas em conhecer o texto, mas em conhecê-lo de modo a poder fazer relações a outros textos e sistemas de signos. Cremos que era este o desejo de Peirce com o Pragmatismo.

Cada método de interpretação de ideias, assim como cada raciocínio, procura a aceitação de um modo de verdade. O Abduativo, segundo Peirce (2005, p. 168), chega a uma “[...] Impressão feita ou que normalmente deve ser feita [...]”, como uma interpretação que **pode ser** verdadeira. O Dedutivo interpreta, “[...] aquilo que é pretendido, seu propósito [...]” (2005, p. 168), restringindo-se àquilo que **deve ser**, sem considerar sua relação com a realidade. Já o método de interpretação Indutivo considera “[...] o resultado real [...]” (2005, p. 168), o que **é operativo**.

Embora o método indutivo tenha por característica considerar a realidade em sentido estrito, da ordem das leis e hábitos, os outros métodos não estão dissociados dela, sendo responsáveis no processo como um todo da investigação científica. E esses três métodos específicos unidos formam o Método de interpretação de ideias (palavras), ou uma hermenêutica semiótica-filosófica que, como procuramos mostrar aqui, não está dissociada do pragmatismo. Assim, não é só a abdução que se relaciona com o pragmatismo, mas também os outros tipos de raciocínios, a dedução e a indução, como métodos.

A Filosofia é a ciência que deve ser responsável pela transdisciplinaridade, porque ela trata de reflexões, dos fundamentos, princípios da Epistemologia; ela é um conhecimento de critérios e princípios como afirma o próprio Peirce (1983, p. 11); cremos ser a filosofia e, em específico a semiótica-filosófica de Peirce, capaz de tal obra. Mas é uma grande dificuldade o dialogar com outras ciências, ou seja, já é difícil dialogar, chegar a um consenso conceitual, dentro da filosofia, quem dirá fora dela, ou de forma interdisciplinar; com outras ciências, como linguística, biologia, matemática, história etc. Mas, podemos nos unir em uma comunidade de investigação e, assim, chegarmos o mais próximo de um consenso nas significações, definindo o papel de cada ciência na comunidade de investigação científica. Peirce (1983, p. 81, grifo do autor) afirma que a “[...] origem da concepção de realidade mostra que ela envolve essencialmente a noção de uma COMUNIDADE sem limites definidos e capaz de um progresso de conhecimento definido [...]”. Talvez a melhor resposta fosse à dele mesmo:

O desenvolvimento de minhas idéias foi trabalho de trinta anos. Não sabia eu se chegaria a dar-lhes publicidade, pois que pareciam amadurecer muito lentamente. Chegou, porém e afinal, o tempo da colheita que me parece açodada (apressada), embora, naturalmente, não caiba a mim julgar. Nem a você, leitor, mas à experiência e à história (1975, p. 46).

SEgundo Peirce, “só a experiência e o tempo podem dizer se tal intenção é possível ou não”. Assim pela experiência de estudos dos filósofos e linguístas, de reflexões e ações, dentre os quais localizamos nós mesmos, que desenvolvemos estudos durante os três anos de curso de filosofia e os dois de Mestrado em Estudos de Linguagens, cremos poder afirmar abdutivamente que o significado de filosofia é o de: **uma ciência que utiliza essencialmente o pensamento, a linguagem,**

**como método para buscar respostas racionais a questões fundamentais à vida humana.** E uma definição hipotética de linguagem é: **toda arquitetura de signos e veiculadora de signos, criada, apreendida e utilizada pelo Universo com possibilidades de interpretação pelos sujeitos que têm a condição de possibilidade de compreender e comunicar esses signos.** Estes significados apontados aqui é imediato, disciplinar, a partir dos estudos sobre Filosofia e linguagem. Para que tais conceitos fiquem mais “sólidos” é necessário que mais pensadores dialoguem conosco e, assim entremos em consenso na comunidade de investigação e interpretação.

Conforme pudemos observar neste estudos, todas as teorias de Peirce têm uma relação com as Categorias da Experiência estipulada pela ciência do Fenômeno (Fenomenologia). O método abductivo tem relação com a Categoria da Primeiridade, segundo o critério da divisão dos métodos; assim, ele também corresponde, na Metafísica, à idéia de acaso; na Consciência à de contemplação do todo, e na signo triádico à primeiridade e ao fundamento

O Pragmatismo é uma teoria epistemológica, ou seja, explica a relação entre o sujeito que conhece através de signos e o objeto conhecido. É uma máxima, ou princípio epistemológico que afirma que o conhecimento (significado) das concepções, palavras, textos está nos seus efeitos práticos pensáveis (concebíveis). Assim, o pragmatismo tem uma relação direta com o signo triádico e com todos os interpretantes do signo, por ser a própria condição de possibilidade da representação, ou seja, ele é a explicação da relação entre um mundo existente, real, possível de ser interpretado por signos, porque utiliza esses meios para compreender o outro e o próprio homem; este ser é um mundo e faz parte do Universo e, por fazer parte ele tem as mesmas características do mundo e a condição de compreendê-lo.

Assim sendo, o método abductivo se fundamenta no Pragmatismo, na explicação da possibilidade de compreender o sentido das coisas em seu estado fenomênico, que é isto que o homem interpreta, ou seja, os fenômenos das coisas. O conhecimento é representação, quando pensamos nós não colocamos um objeto real em nossa mente e sim através dos sentidos nossa mente interpreta esse ser através de signos abstratos (símbolos), os quais envolvem signos que funcionam por semelhança (ícones) ou por contigüidade (índices).

Quanto á relação entre raciocínio e método abduutivo, descrevemos agora a finalidade, a estrutura e a validade de ambos com base na própria semiótica. Com relação à Finalidade do raciocínio e do método abduutivo: o raciocínio abduutivo alimenta-se das potencialidades do interpretante imediato do signo, recusando as interpretações convencionais e chegando a significados novos e meramente possíveis. Com relação à Estrutura, enquanto o raciocínio abduutivo pode ser visto como estruturado formalmente em duas premissas e uma conclusão (ainda que no momento do raciocínio isso nem sempre se apresente de modo claro) o método é estruturado em vários argumentos (abduuticos) na introdução, no desenvolvimento e na conclusão. Com relação à Validade do raciocínio e do método abduutivo, temos que o raciocínio abduutivo, segundo Peirce, não é verificável por si mesmo, só através do confronto com a realidade que pretende interpretar; se a afirmação dele estiver em conformidade com o objeto (realidade), ele é verdadeiro, se não ele é falso.

Em síntese, o processo do método abduutivo é semelhante ao do raciocínio, mas é diferente pelo fato de não ser um argumento e sim vários; por isso a metodologia tem primeiramente critérios de escolha das respostas provisórias (hipóteses), seguida de seleção e, só posteriormente, propõe a análise metodológica dedutiva e confrontação com o objeto, que é explicado através do método indutivo. Assim, não se pode no início da pesquisa verificar a sua validade; só no final da investigação, quando a resposta é confrontada com o objeto explicado e dado o veredicto; ou seja, a resposta satisfaz as necessidades compreensíveis para o Homem (cientista e a comunidade de cientistas) do *corpus* de estudo. Assim se verifica a verdade ou não da hipótese, em confronto com a experiência do sujeito (através da metodologia) e com o objeto (um texto, uma pesquisa biológica, uma pesquisa linguística, uma pesquisa filosófica, uma pesquisa artística etc).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os elementos e fenômenos do Universo estão em processo evolutivo e contínuo, do finito ao infinito e, ao mesmo tempo, do infinito ao finito. Como pesquisadores, somos finitos em um tempo e espaço específico, mas, com as nossas mentes e reflexões podemos ir ao infinito. E infelizmente, ou felizmente, não podemos dizer tudo sobre o todo; por sermos limitados sempre ficarão lacunas em nossos argumentos. Assim, há sempre possibilidades a, no futuro, serem preenchidas; e aqueles que fizerem isso deixarão, também, vazios, dúvidas que, por sua vez, outros responderão. Uns fixarão crenças razoáveis, outros duvidarão delas e outros, ainda, colocarão novas crenças no lugar, em um processo infinito e contínuo de conhecimento.

Esta Dissertação de mestrado resultou de uma pesquisa que visou explicitar algumas das contribuições de Peirce para a Lógica das Ciências (envolvendo linguagem e método de pesquisa) e, em específico, a abdução. Trata-se de um estudo com ênfase no raciocínio e no método abduutivo, bem como na relação da abdução com os interpretantes dos signos e com o pragmatismo, buscando assim compreender as elaborações gerais de Peirce sobre uma metodologia de interpretação, relacionando a sua semiótica com o pragmatismo. Tal como ocorreu conosco, cremos que a compreensão desses raciocínios e métodos compensará muito aqueles que se interessam pela ciência da lógica, a semiótica.

Uma relevância acadêmica desta dissertação é sua contribuição para uma iniciação ao estudo das teorias científico-filosóficas de Peirce e de sua semiótica-filosófica; tal iniciação poderá contribuir com vários cursos como: Filosofia, Linguística, Letras, Artes, Comunicação, Arquitetura, Biologia, entre outros que tratam de questões envolvendo representação. Alguns professores também poderão se beneficiar dessa iniciação, como o professor de línguas, redação, filosofia e outros, nas escolas de Ensino Médio (iniciação) e Superior (aprofundamento); tais estudos poderão torná-los capazes de ajudar os alunos na construção de métodos de reflexão lógicos, complexos e críticos.

Com relação a nós, enquanto pesquisador nos interessa muito a Lógica das Ciências, a Linguagem como Semiótica, por vermos que há necessidade de uma pesquisa científico-filosófica baseada em métodos rigorosos, e mais seguros

(controláveis e objetivos), para se chegar a respostas satisfatórias (fruto de pensamento correto).

Motivados por este amor de Peirce pela Lógica e pela Filosofia da Linguagem/Semiótica, nós nos empenhamos em pesquisar e em construir esta Dissertação; cremos que muito importante. Ao ler os textos de Peirce vemos a sua originalidade, criatividade e dedicação aos estudos. A sua maior dedicação foi nos estudos sobre Lógica, e deve ser por isso que suas concepções são mantidas, admiradas e estudadas até hoje e cada vez mais, instigando pesquisadores no mundo todo, entre nós, levando-nos a pesquisar sobre esse tema.

Conforme pudemos mostrar nesse texto, o seu pensamento filosófico é triádico e a sua Filosofia também; ela se divide em Fenomenologia, Ciências Normativas e Metafísica. As Ciências Normativas são, também, estruturadas segundo uma divisão triádica, sendo a terceira delas a Semiótica; a primeira é a Estética e a Segunda é a Ética.

A nossa preocupação não foi sistematizar todas as doutrinas de Peirce, e sim deixar para a posteridade uma pequena introdução, para aqueles que desejam iniciar na Filosofia e Semiótica de Charles Sanders Peirce. Mostrar o pensamento deste filósofo por meio de alguns dos seus pontos mais fundamentais, ou por meio de algumas de suas doutrinas que nos levam a ter uma compreensão de seu pensamento como um todo.

Propomos aos linguístas, semioticistas e filósofos de hoje uma reflexão sobre as obras de Peirce e, em especial, a Semiótica, considerando-a como um Todo, ou seja, na sua relação com a sua Filosofia e com o Pragmatismo. Este último, um critério, um método, em parceria com os modos de raciocínios e os interpretantes, se torna um forte instrumento metodológico, uma hermenêutica, potencialmente apto para interpretar textos verbais e não verbais. O Pragmatismo de Peirce, tal como procuramos mostrar aqui, é mais complexo do que uma simples máxima; ele afirma que teoria e prática não se separam. Para Peirce, como se pode ver em toda a sua filosofia, há uma ligação da cognição racional com o propósito prático; e esta ideia é o que há de mais geral e mais enfático na sua filosofia pragmatista.

Nestas palavras finais explicitamos a importância de seu pensamento e de suas categorias gerais de representação. Os signos, raciocínios e métodos nos mostram o caminho da investigação, como chegar aos próprios signos e, deles, a

outros gerados por eles. Peirce nos possibilita um método de interpretação (hermenêutico) de ideias abstratas que adquirem maior precisão quando percebemos a coerência que estabelecem internamente na sua filosofia, desde a fenomenologia até a semiótica, onde dos signos ele nos leva aos modos de raciocínio na Lógica Crítica, convertendo-os para métodos na Retórica Especulativa.

Os métodos de investigação são, também, métodos de interpretação em um processo que é contínuo, incluindo, em um primeiro momento, o método abdutivo, por meio do qual experienciamos no pensamento um *poder ser* em relação ao sentido das ideias; em um segundo momento esse nosso pensamento fica sujeito a um *dever ser*, pelo método dedutivo; e, por fim, o método Indutivo mostra que devemos considerar em uma interpretação o que é operativo. A continuidade desse processo de interpretação e significação - *ad infinitum* – em nós, cada vez que tomamos uma ideia como objeto do pensamento, cada vez que nos deparamos pensando sobre algo que está diante de nós, é o modo pelo qual cada um de nós participa do Todo.

## REFERÊNCIAS

BACHA, Maria Lourdes. **A indução de Aristóteles a Peirce**. São Paulo: Legnar, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COLAPIETRO, Vincent. Revista Cognitio: Revista de Filosofia. V. 5. n 1. 2004, p. 3. **As rotas da significação – Reflexões sobre a Teoria dos Interpretantes de Peirce**. Tradução disponível em <[http://www4.pucsp.br/pragmatismo/cognitio/cognitio\\_b\\_traduc.html](http://www4.pucsp.br/pragmatismo/cognitio/cognitio_b_traduc.html)> Acesso em 21 de janeiro de 2011

DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.

DE WAAL, Cornelis. **Sobre pragmatismo**. São Paulo: Loyola, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

IBRI, Ivo A. **Kósmos Noêtos: a arquitetura metafísica de Charles Sanders Peirce**. São Paulo: Perspectiva: Hólon, 1992. (Coleção estudos; v. 130)

JAMES, WILLIAM. **Pragmatismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 25 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KUNHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 8 ed. São Paulo: Perspecriva, 2003.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica: De Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995. (Coleção E; 3)

PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. **História da Filosofia**. 12 ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1978.

PEIRCE, Charles Sanders e FREGE, J. Gotlobe. **Escritos Coligidos**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores)

PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Editorial Introduction Peirce: CP Editorial Introduction to Electronic Edition. Membra Fictae Disjecta (A Disordered Array of Severed Limbs) Editorial Introduction by John Deely to the electronic edition of The Collected Papers of Charles Sanders Peirce, reproducing Vols. I-VI ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935), Vols. VII-VIII ed. Arthur W. Burks (same publisher, 1958). United States of America, 1994.

\_\_\_\_\_. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Semiótica e filosofia**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **Um texto auto biográfico de C. S. Peirce**. São Paulo: Unesp, 1980.

SANTAELLA, Lúcia. **A assinatura das coisas: Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Pierre Menard, 1992.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e pesquisa: projeto para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hackers Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora UNESP, 2004

\_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

STROH, Guy W. **A filosofia americana: uma introdução**. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

## ANEXO

No corpo da dissertação se encontra nomes de determinados filósofos e cientistas. Assim sendo pretendemos descrever nesse anexo apenas algumas biografias intelectuais de filósofos; na ordem conforme aparecem os nomes na dissertação e não em uma organização alfabética, tendo em vista o assunto do texto. A nosso ver esses pensadores foram relevantes no processo de iniciação e desenvolvimento das ideias filosóficas de Charles Sanders Peirce.

**João Duns Escoto**; [...] inglês, franciscano, estudante e professor na Universidade de Oxford e, em seguida, na de Paris. Faleceu em 1308. Suas obras principais são a obra *Oxonense* e a obra *Parisiense*. O agostinianismo de Scoto manifesta-se, sobretudo, no conceito de filosofia, obra da razão, concebida como instrumento para a inteligência da fé. Há algumas fundamentais doutrinas características da filosofia de Scoto em perfeita oposição ao tomismo: todos os seres, mesmo espirituais, são compostos de matéria e de forma; a matéria é mera potência, inexistente sem a forma, mas tem uma realidade própria; a forma não é única, mas há multiplicidade de formas em cada indivíduo; a individuação não depende da matéria, e sim de um elemento formal individual, dito *haecceitas*. E, contra o intelectualismo tomista, Scoto mantém o primado agostiniano da vontade, não apenas no homem, mas também em Deus, de cujo mero arbítrio dependeriam apenas as verdades metafísicas e as leis morais (PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. ***História da Filosofia***. 1978, p. 251).

**Emanuel Kant** nasceu em Königsberg, em 1724. [...] Faleceu em 1804. A história do pensamento kantiano distingue-se em um período *pré-crítico*: antes, científico-newtoniano, depois, dogmático-racionalista, em fim, cético-empírico; e em um período *crítico*, durante o qual Kant publica as suas grandes obras críticas: a *Crítica da Razão Pura* (1781); a *Crítica da Razão Prática* (1788); a *Crítica do Juízo* (1790). O *Criticismo* representa a síntese especulativa do fenomenismo racionalista e empirista modernos, donde derivará o idealismo moderno e, em geral, o pensamento contemporâneo. O fundador do criticismo é Emanuel Kant, que vem a ser, portanto,

o centro da filosofia moderna. A tendência filosófica que se afirma com Kant toma o nome de criticismo, porquanto tal tendência filosófica institui uma investigação preliminar a qualquer outra sobre a possibilidade da razão; constitui uma crítica radical da metafísica (racionalista). A *Crítica da Razão Pura* constitui uma teoria do conhecimento, substancialmente dividida – após uma *Introdução* fundamental – em três partes: *Estética transcendental* (teoria do conhecimento sensível), em que são analisados as formas, as *intuições* puras do conhecimento sensível (tempo e espaço), e é operada a justificação da matemática; *Analítica transcendental* (teoria do conhecimento inteligível), onde são examinadas as formas do conhecimento intelectual, as *categorias* (substância, causa, etc.), e é exposta a justificação da física pura; *Dialética Transcendental* (teoria do conhecimento racional), onde são examinadas as *formas* do conhecimento racional, as *idéias* da razão pura (Deus, alma, mundo), e é demolida a metafísica, pois, falta-lhe o conteúdo sensível, a *matéria*, que segundo Kant, é indispensável a fim de que as formas não sejam vazias. Tanto a matéria, as sensações, quanto a forma do conhecimento, para Kant, são subjetivas: a primeira (a matéria) tem uma subjetividade individual, empírica; a segunda (a forma) tem uma subjetividade interindividual, transcendental, daí derivando a sua universalidade e necessidade. As formas seriam sintéticas *a priori*, isto é, construções do espírito; donde o idealismo kantiano. O fenomenismo de Kant dependeria do fato de afirmar, além do mundo da experiência e da ciência construído pelo espírito humano, um mundo de coisas em si (noumenons), incognoscível (PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. ***História da Filosofia***, 1978, p. 376-7).

**Jorge Guilherme Frederico Hegel** nasceu em Stuttgart, em 1770. Estudou teologia e filosofia, simpatizou com o iluminismo e o cristianismo, mas voltou-se em seguida para o historicismo romântico, aproximando-se de Fichte e Schelling. Faleceu em Berlim, em 1831. As suas obras filosóficas principais são: *Fenomenologia do Espírito, Lógica; Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. [...] Hegel é obrigado a inventar uma nova lógica e com esta racionalizar absolutamente o elemento potencial e negativo da mesma experiência (o mal metafísico, moral e físico). Essa nova lógica, a dialética hegeliana, pode ser resumida nos seguintes pontos: 1º A lógica tradicional afirma que o ser, todo ser, é idêntico a si mesmo e exclui o seu oposto (princípio de identidade e de contradição); ao passo que a lógica de Hegel

sustenta que a realidade é essencialmente mudança, vir-a-ser, uma passagem de um elemento ao seu oposto (dialética dos opostos: *tese, antítese, síntese*). 2º A lógica tradicional afirma que o conceito é abstrato, [...]; ao passo que a lógica hegeliana sustenta que o conceito é universal concreto, isto é, conexão histórica do particular com a totalidade do real, onde tudo é essencialmente conexo com tudo. 3º A lógica tradicional distingue substancialmente a filosofia, cujo objeto é universal e imutável, da história, cujo o objeto é o particular e o mutável; ao passo que a lógica hegeliana assimila filosofia e história, enquanto o ser é vir-a-ser. 4º A lógica tradicional se distingue da ontologia, enquanto nosso pensamento, se apreende o ser, não o esgota inteiramente como faz o pensamento de Deus; ao passo que a lógica Hegeliana coincide com a ontologia, porque a realidade é o desenvolvimento dialético, racional do próprio “logos” divino, que no espírito humano adquire plena consciência de si mesmo (*panlogismo*). Os grandes momentos do vir-a-ser dialético da realidade são: a idéia, a natureza, o espírito (PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*, 1978, p. 400-1).

**Renato Descartes** nasceu em 1596 na Turema, e foi educado pelos jesuítas no célebre colégio de Lá Flèche. Após alguns anos de vida militar e depois de ter longamente viajado, retirou-se para a Holanda, dedicando-se aos estudos prediletos: ciências. Faleceu em 1649 em Estocolmo, para onde foi a convite da rainha Cristina da Suécia. As obras filosóficas de Descartes são: *Discours de la méthode* (Leida, 1637); *Meditationes de prima philosophia* (Paris, 1641); *Principia philosophiae* (Amsterdã, 1644); *Traité des passions de l'âme* (Paris, 1649). Descartes inicia a sua filosofia com uma investigação gnosiológica, metodológica. O método cartesiano pode resumir-se nesses quatro momentos: intuição, análise, síntese, enumeração completa. O critério cartesiano da verdade é a clareza e a distinção. Em concreto, Descartes parte de uma dúvida universal (metódica), para entretanto superá-la criticamente na conquista segura da verdade. Descartes (Cartésio) pode considerar-se o fundador do racionalismo moderno e da moderna filosofia, especialmente pelo seu método crítico e subjetivo, dedutivo e matemático (PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*. 1978, p. 309).

**Augusto Comte** (1797-1837) é o maior representante do positivismo francês. Lecionou vários anos na Escola Politécnica de Paris. A sua obra principal é o *Curso*

de *Filosofia Positiva*, em que é contido o seu sistema filosófico. Segundo Comte, a filosofia – entendida positivisticamente – resolve-se em uma classificação hierárquica das ciências e em uma metodologia científica. A ciência tem por objeto a experiência e limita-se à experiência, estudando unicamente os seus fenômenos sensíveis e suas leis. Antes de chegar à fase cultural positiva, a humanidade passou através de uma fase teológica e de uma fase metafísica. Na fase positiva, o culto da divindade é substituído pelo culto da humanidade, do qual Comte elaborou uma inteira organização (PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. ***História da Filosofia***. 1978, p. 451-2).

**William James** (1842-1910) – autor dos *Princípios de Psicologia* e de *O Pragmatismo* – é um empirista que superou o positivismo, precisamente pelo seu pragmatismo, que dá ao conhecimento um valor apenas utilitário. E, por conseqüência, liquida a ciência que o positivismo tanto idolatrara. É o empirismo que se destrói a si mesmo, precedendo coerente e logicamente na sua vida sensista, nominalista e cética. O conceito é considerado uma abreviação cômoda, de sensações múltiplas, as quais representam a experiência genuína. Prática, utilitária é, pois, o valor das doutrinas, das teorias; uma doutrina não é mais verdadeira do que outra, mas unicamente uma é mais útil do que as outras. O pensamento é verdadeiro se tem êxito; a ciência é um instrumento da vontade para seus fins. Também James, como Wundt, foi um ilustre psicólogo, um dos maiores psicólogos modernos (e foi o descobridor da subconsciência. Mediante o pragmatismo e a subconsciência, James procura explicar e valorizar a religião PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. ***História da Filosofia***. 1978, p. 455.